

# Relatório de Gestão de 2012



*Câmara Municipal de Bombarral*



## **ÍNDICE**

### **I. RELATÓRIO DE GESTÃO**

#### **1. INTRODUÇÃO**

- 1.1. O Enquadramento Legal
- 1.2. Síntese da Atividade Desenvolvida

#### **2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DESENVOLVIDA PELA AUTARQUIA**

- 2.1. Plano Plurianual de Investimentos
- 2.2. Atividades Mais Relevantes
- 2.3. Grandes Opções do Plano e sua Evolução
- 2.4. Orçamento
  - 2.4.1. Modificações aos Documentos Previsionais
  - 2.4.2. Orçamento da Receita: Estrutura e Evolução
    - 2.4.2.1. Análise Global das Receitas Correntes e de Capital
      - 2.4.2.1.1. Receitas Correntes
      - 2.4.2.1.2. Receitas de Capital
      - 2.4.2.1.3. Evolução da Receita
  - 2.4.3. Orçamento da Despesa: Estrutura e Evolução
    - 2.4.3.1. Análise Global das Despesas Correntes e de Capital
      - 2.4.3.1.1. Despesas Correntes
      - 2.4.3.1.2. Despesas de Capital
- 2.5. Conclusões

#### **3. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA**

- 3.1. Balanço
  - 3.1.1. Ativo
  - 3.1.2. Fundos Próprios e Passivo
- 3.2. Indicadores Económico Financeiros
- 3.3. Demonstração de Resultados
  - 3.3.1. Custos e Perdas
  - 3.3.2. Proveitos e Ganhos
- 3.4. Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados

#### **4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

#### **5. EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO**

- 5.1. Dívidas de Terceiros
- 5.2. Dívidas a Terceiros;
- 5.3. Dívidas com Empréstimos Bancários;
- 5.4. Limite do Endividamento

#### **6. APRESENTAÇÃO DE INDICADORES DE GESTÃO**

- 6.1. Indicadores de Gestão
  - 6.1.1. Grau de Execução do Plano Plurianual de Investimentos
  - 6.1.2. Grau de Execução das Atividades Mais Relevantes
  - 6.1.3. Grau de Execução das Grandes Opções do Plano

**6.2. Rácios – Indicadores para Análise da Contabilidade Orçamental**

6.2.1. Rácios de Cobertura Global da Despesa Total

6.2.2. Rácios da Estrutura da Despesa

6.2.3. Rácios – Indicadores de Eficácia e Eficiência

6.2.4. Rácios da Estrutura da Receita

**7. RECURSOS HUMANOS**

**7.1. Estrutura**

7.1.1. Quadro de pessoal

7.1.2. Colaboradores por carreira

7.1.3. Grupos etários e sexo

**8. INFORMAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O ESTIPULADO NOS ARTIGOS 15.º E 16.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, CONJUGADOS COM OS ARTIGOS 17.º E 18.º DO DL. N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO**

**9. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO**

**II. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**III. ENCERRAMENTO**

**IV. TERMO DE APROVAÇÃO FINAL**

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. O ENQUADRAMENTO LEGAL

O Executivo Municipal apresenta, nos termos legais, os Documentos de Prestação de Contas<sup>1</sup> (DPC), cabendo à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Os DPC são apresentados em obediência à Resolução n.º 4/2001- 2ª Secção -Tribunal de Contas, de 12 de julho de 2001 -Instruções n.º 01/2001 -2ª S -Instruções para a organização e documentação das contas das Autarquias Locais e Entidades Equiparadas, abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), publicada no DR II.ª Série, n.º 191, de 18/08/2001, bem como em conformidade com a Resolução n.º 23/2011, de 15/12.

Em conformidade com esta Resolução, resultam para o Município de Bombarral, e como elementos de prestação de contas, os documentos descritos no quadro seguinte.

**Quadro I - Documentos de Prestação de Contas (1/2)**

Nº	DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS		Grupo I
	Designação	Cód. Pocal	
1	▪ Balanço	5	X
2	▪ Demonstração de resultados	6	X
3	▪ Plano plurianual de investimentos	7.1	X
4	▪ Orçamento (Resumo)	7.2	X
5	▪ Orçamento	7.2	X
6	▪ Controlo orçamental da despesa	7.3.1	X
7	▪ Controlo orçamental da receita	7.3.2	X
8	▪ Execução do plano plurianual de investimentos	7.4	X
9	▪ Fluxos de caixa	7.5	X
10	▪ Contas de ordem	7.5	X
11	▪ Operações de tesouraria	7.6	X
12	▪ Caracterização da entidade	8.1	X
13	▪ Notas ao balanço e demonstração de resultados	8.2	X
14	▪ Modificações do orçamento – receita	8.3.1.1	X
15	▪ Modificações do orçamento – despesa	8.3.1.2	X

<sup>1</sup> Os documentos de prestação de contas englobam os mapas de execução orçamental, a execução anual do plano plurianual de investimentos, o mapa de fluxos de caixa, bem como os anexos às demonstrações financeiras.

Como documentos de prestação de contas das autarquias locais que remetem as contas ao Tribunal de Contas consideram-se: Balanço; Demonstração de Resultados; Mapas de execução orçamental; Anexos às demonstrações financeiras; Relatório de gestão.

Nº	DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS		
	Designação	Cód. Pocal	Grupo I
16	▪ Modificações do plano plurianual de investimentos	8.3.2	X
17	▪ Contratação administrativa – situação dos contratos	8.3.3	X
18	▪ Transferências correntes – despesa	8.3.4.1	X
19	▪ Transferências de capital – despesa	8.3.4.2	X
20	▪ Subsídios concedidos	8.3.4.3	X
21	▪ Transferências correntes – receita	8.3.4.4	X
22	▪ Transferências de capital – receita	8.3.4.5	X
23	▪ Subsídios obtidos	8.3.4.6	X
24	▪ Ativos de rendimento fixo	8.3.5.1	X
25	▪ Ativos de rendimento variável	8.3.5.2	X
26	▪ Empréstimos	8.3.6.1	X
27	▪ Outras dívidas a terceiros	8.3.6.2	X
28	▪ Relatório de gestão	13	X
29	▪ Guia de remessa		X
30	▪ Ata da reunião em que foi discutida e votada a conta		X
31	▪ Norma de controlo interno e suas alterações	2.9	X
32	▪ Resumo diário de tesouraria	12.2.9	X
33	▪ Síntese das reconciliações bancárias		X
34	▪ Mapa de fundos de maneo		X
35	▪ Relação de emolumentos notariais e custas execuções fiscais		X
36	▪ Relação de acumulação de funções		X
37	▪ Relação nominal dos responsáveis		X

O presente capítulo do Relatório de Gestão<sup>2</sup> da Câmara Municipal de Bombarral, vem dar cumprimento ao estipulado na nota técnica n.º 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e n.º 28 das Instruções n.º 1/2001 -2ª Secção - Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, atrás referidas.

Nos termos do disposto nos n.º s 1, 2 e 13 do POCAL, compete ao órgão executivo a elaboração anual do relatório de gestão (conjuntamente com os demais documentos de prestação de contas), que submeterá a apreciação e aprovação do órgão deliberativo.

<sup>2</sup> O relatório de gestão a apresentar pelo órgão executivo ao deliberativo deve contemplar os seguintes aspectos:

- Situação económica relativa ao exercício, analisando em especial a evolução da gestão nos diferentes setores de actividade da autarquia local, designadamente no que respeita ao investimento;
- Uma síntese da situação financeira da autarquia local, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstração de resultados;
- Evolução das dívidas de curto prazo, médio e longo prazos de terceiros e a terceiros nos últimos três anos, individualizando as dívidas a instituições de crédito das outras dívidas a terceiros;
- Proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício;
- Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

O presente capítulo visa dar cumprimento às disposições do POCAL, concretamente no que se refere à disponibilização de elementos relativos à atividade financeira e patrimonial da autarquia evidenciando os aspetos mais importantes, com particular ênfase na análise sob o ponto de vista da execução orçamental das receitas e despesas, relevando aspetos do investimento realizado, do endividamento da autarquia, identificando os resultados operados no exercício, bem como a apresentação da proposta de aplicação do resultado líquido.

Procede-se à análise da situação económica e a uma síntese da situação financeira, relativa ao exercício, considerando:

- Os indicadores de gestão financeira adequados à análise do balanço e da demonstração dos resultados;
- Evolução do Serviço da Dívida nas componentes de curto, médio e longo prazo;
- Proposta fundamentada da aplicação do Resultado Líquido do Exercício;
- E, por último, se tiverem ocorrido e forem relevantes, os factos verificados após o termo do exercício.

A análise desenvolvida no presente capítulo do Relatório de Gestão, é suportada nos elementos constantes dos diversos documentos de prestação de contas, devidamente evidenciados nos quadros e gráficos que se apresentam, os quais permitem uma reflexão sobre o modo como se operou a execução do orçamento e a posição financeira da autarquia, através da análise e estudo da evolução e estrutura dos diferentes agregados contabilísticos, permitindo uma avaliação global e sucinta do desempenho económico e da situação patrimonial reportada ao exercício de 2012.

## **1.2. Síntese da Atividade Desenvolvida**

O **desempenho de gestão** que emerge da análise efetuada neste capítulo pode resumir-se, em síntese, como segue, e por comparação com o ano anterior:

### **1. Em termos orçamentais:**

- a)** A taxa de execução da receita corrente (cobrada bruta) foi de 85,2% e a de capital foi de 56,1%, donde a sua totalidade se traduz em 72,3%;
- b)** A taxa de execução financeira (paga) da despesa corrente foi de 78,7% e a de capital de 64,6%, pelo que da sua união resultou 72,3%;
- c)** A dívida orçamental do ano económico de 2012, por conseguinte com efeitos orçamentais e financeiros bem como de exigibilidade para o ano económico em análise, atingiu o montante de 1 896 mil euros, sendo 1 098 mil euros referente a despesas correntes e 798 mil euros referente a despesas de capital;
- d)** A taxa de realização (liquidada e não cobrada) do Orçamento da Receita foi de 77% (55% em 2011), corresponde um montante de receita liquidada na ordem dos 12 270 mil euros;
- e)** Receita cobrada total bruta foi de 11 495 mil euros correspondendo a uma execução orçamental de 72,3%;
- f)** As receitas correntes cobradas situaram-se nos 7 359 mil euros, enquanto as despesas correntes pagas atingiram 6 792 mil euros;
- g)** Saldo de disponibilidades de € 124 296,43, dos quais € 7 630,50 são de operações orçamentais, e que após aprovação da prestação de contas referente ao exercício de 2012, propõe-se que sejam incorporados nas receitas orçamentais de 2013;
- h)** A taxa de realização do Orçamento da Despesa foi de 84,2%, a que corresponde ao montante de despesa faturada em 13 384 mil euros. A execução financeira do Orçamento da Despesa ascendeu à quantia de despesa paga de 11 488 mil euros (72,3%);

A atividade desenvolvida ao longo do exercício económico de 2012, correspondeu, relativamente aos objetivos estabelecidos no Orçamento e Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes), ao seguinte desempenho<sup>3</sup>:

- i)** As taxas de execução financeira do PPI, GOP e AMR foram de 59%, 72% e 81%;
- j)** A taxa de execução das Grandes Opções do Plano que englobam, como se sabe, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades Mais Relevantes (AMR), foi de 71,5% (49,5% em 2011) correspondendo a despesa paga na ordem dos 9 412 mil euros, tendo o montante de faturação atingido 10 970 mil euros;
- k)** O Município de Bombarral apresentou um programa de investimentos cujo valor anual ascendia a 5 702 mil euros, tendo registado um nível de execução (adjudicações) de 4 910 mil euros (86%). A execução financeira do Plano Plurianual de Investimentos situou-se em 3 383 mil euros, correspondendo a 59,3% (29,4% em 2011);
- l)** O Município de Bombarral apresentou um programa de atividades mais relevantes cujo valor anual ascendia a 7 456 mil euros, tendo atingido um nível de realização de 7 041 mil euros (94,4%). A execução financeira das Atividades Mais Relevantes situou-se em 6 029 mil euros, 80,9%, (67,5% em 2011).

## **2. Em termos de posição financeira assinala-se:**

- a)** Diminuição do passivo total (dívida total) em 1677 mil euros, situando-se em 7 998 mil euros (9 675 mil euros em 2011);
- b)** O passivo de médio e longo prazo (empréstimos) diminuiu 339 mil euros (3,5 para 3,1 milhões de euros);
- c)** O passivo de curto prazo (dívida de curto prazo) também diminuiu, no mesmo período, cerca de 1 338 mil euros (de 6 211 mil euros para 4 873 mil euros);
- d)** Em 2012, o faturado e não pago a fornecedores de imobilizado, correspondeu a 14%, cifrando-se em 546 mil euros (em 2011, foi de 43%, correspondendo a 1 607 mil euros);
- e)** Em 2012, o faturado não pago a fornecedores referente a despesas correntes foi de 1 098 mil euros (em 2011 foi de 3 152 mil euros);

---

<sup>3</sup> No Orçamento da despesa a taxa de adjudicação corresponde ao montante de compromissos relativamente à dotação atual, a taxa de realização corresponde ao montante faturado relativamente à dotação atual e a taxa de execução corresponde ao montante pago. Na receita a taxa de realização respeita o montante liquidado relativamente à previsão e a taxa de execução ao montante cobrado.



- f)** Aumento do ativo líquido na ordem dos 1 931 mil euros;
- g)** Todos os indicadores económicos e financeiros demonstram uma evolução positiva face a períodos homólogos, sendo de destacar os que versam sobre o endividamento, nomeadamente os respeitantes ao curto prazo, justificado pela redução do endividamento de curto prazo em 1 338 mil euros e os de médio e longo prazo em 339 mil euros;
- h)** O limite do endividamento líquido municipal apurado em conformidade com a lei das Finanças Locais cifra-se, a grosso modo, nos 6,6 milhões de euros. No entanto, o município não atingiu o limite, situando-se num endividamento de 4,5 milhões de euros;
- i)** O limite de endividamento para médio e longo prazo apurado em conformidade com a LFL era de 5,3 milhões de euros. Todavia, o município utilizou 1,2 milhões de euros;

### **3. Em termos de resultados:**

- a)** Em 2012, os custos e perdas totais situaram-se em 7,4 milhões de euros, tendo reduzido face a 2011, 19%, cerca de 1 790 mil euros (em 2011 foram de 9,2 milhões de euros);
- b)** Os custos e perdas operacionais (atividade de exploração) reduziram em 19%, menos 1 582 mil euros, situando-se em 6 836 mil euros (8 417 mil euros, 8 659 mil euros e 8794 mil euros, em 2011, 2010 e 2009, respetivamente);
- c)** Os custos e perdas financeiros e custos e perdas extraordinários reduziram 209 mil euros, importando na quantia de 573 mil euros (em 2011 foram de 782 mil euros);
- d)** Os proveitos e ganhos do ano de 2012, atingiram 9,5 milhões de euros (em 2011 foi de 8,8 milhões de euros), sendo superior em mais 752 mil, 1 milhão e 1,4 milhões de euros que em 2011, 2010 e 2009, respetivamente;
- e)** O Resultado operacional (confronto decorrente dos custos e perdas operacionais e proveitos operacionais, resultante da atividade de exploração) foi positivo em 1 532 mil euros (tendo sido de 6 mil euros em 2011, 446 mil euros negativos em 2010 e 771 mil euros negativos em 2009);
- f)** O Resultado financeiro foi negativo em 11 519 euros (em 2011 foi negativo em 121 122 euros);

- g) O Resultado Extraordinário positivo em 578 mil euros (em 2011 foi negativo em 329 mil euros);
- h) O Resultado Corrente atingiu a quantia de 1 520 mil euros (tendo sido 115 mil euros negativos em 2011, 545 mil euros negativos em 2010 e 926 mil euros negativos em 2009);
- i) Por fim, o Resultado Líquido do Exercício de 2012 foi apurado em 2 098 mil euros, enquanto que em 2011, 2010, 2009, 2008, 2007 e 2006 foram de 441 mil euros negativo, 808 mil euros negativo, 1 282 mil euros negativo, 823 mil euros negativo, 1 853 mil euros positivo e 2 585 mil euros positivo, respetivamente);
- j) Não obstante os resultados acima referidos, e segundo a óptica da tesouraria, o Município não possui ainda fundos disponíveis capazes de salvaguardar a totalidade dos encargos assumidos e dívida transitada.

Tal decorre pelo facto da demonstração de resultados não incluir a contabilização da amortização de empréstimos, a contrapartida do Município nas obras cofinanciadas, assim como a dívida transitada de anos anteriores, patenteando-se, sim, no Balanço.

Donde, caso se queira transportar estes últimos montantes adicionados aos custos provenientes da demonstração de resultados, alcança-se mais facilmente a razão de ainda não existirem fundos disponíveis.

## 2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

O presente capítulo tem como finalidade proceder à análise das atividades desenvolvidas durante o ano de 2012, nas áreas de atuação do Município que se encontram descritas nos Objetivos das Grandes Opções do Plano (GOP).

### 2.1. Plano Plurianual de Investimentos

A melhor expressão da atividade desenvolvida resulta da observação do grau de execução do Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, que consta nos quadros seguintes. Estes descrevem a execução a diferentes níveis (despesa comprometida, despesa faturada e despesa paga e respetiva tradução percentual).

#### INVESTIMENTOS POR SETORES ESTRUTURAIS

<b>Preg.</b>	<b>Designação</b>	<b>Det. Actual</b>	<b>Compromisso</b>	<b>Taxa Adjudicaç</b>	<b>Faturado</b>	<b>Taxa Realizaç</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Taxa Exec Anual</b>
		<b>(1)</b>	<b>(2)</b>	<b>(3)=(2/1)*100</b>	<b>(4)</b>	<b>(5)=(4/1)*100</b>	<b>(6)</b>	<b>(7)=(6/1)*100</b>
111	Administração geral	159 394,00	96 478,23	60,53%	94 855,19	59,51%	58 123,41	36,47%
121	Protecção civil	50,00	,00	0,00%	,00	0,00%	,00	0,00%
21	Educação	1 919 835,00	1 902 039,16	99,07%	1 247 091,73	64,96%	976 713,39	50,87%
241	Habituação	1 182,00	1 108,04	93,74%	1 108,04	93,74%	1 108,04	93,74%
242	Ordenamento do território	2 260 909,0	2 226 166,38	98,46%	2 053 458,66	90,82%	1 961 811,24	86,77%
243	Saneamento	153 690,00	109 666,19	71,36%	109 234,94	71,07%	98 884,01	64,34%
244	Abastec. Água	622 129,00	147 172,38	23,66%	72 360,85	11,63%	37 080,17	5,96%
245	Resíduos sólidos	57 705,00	50 556,50	87,61%	50 556,50	87,61%	27 440,30	47,55%
246	Prot. Amb. e conserv. Natureza	8 568,00	3 259,50	38,04%	,00	0,00%	,00	0,00%
251	Cultura	,00	,00	0,00%	,00	0,00%	,00	0,00%
252	Desporto recreio e lazer	42 320,00	42 261,37	99,86%	14 491,37	34,24%	14 491,37	34,24%
320	Indústria e energia	87 826,00	15 891,60	18,09%	7 109,40	8,09%	7 109,40	8,09%
331	Transportes rodoviários	387 772,00	315 057,32	81,25%	278 941,50	71,93%	200 448,49	51,69%
341	Mercados e feiras	1 000,00	,00	0,00%	,00	0,00%	,00	0,00%
	<b>TOTAL PPI</b>	<b>5 702 380,00</b>	<b>4 909 656,67</b>	<b>86,10%</b>	<b>3 929 205,18</b>	<b>68,90%</b>	<b>3 383 209,82</b>	<b>59,33%</b>

Globalmente, e ao nível do plano plurianual de investimentos, o indicador “despesa comprometida” ascendeu a 4,9 milhões de euros, com taxa de execução de compromissos/adjudicações a atingir os 86%. Em termos absolutos, o valor global de compromissos foi menor em 842 mil euros, contudo os pagamentos foram claramente superiores a período homólogo em 1 250 mil euros, 58,6%. Em 2012, evidenciou uma execução física de 69% (51,6% em 2011) e financeira (pagamentos) de 59,3% (29,4% em 2011).

Face a período homólogo, é de salientar um crescimento de 5,1% na realização, mais 189 mil euros, montantes estes, superados em quase 7 vezes, quando se analisam os pagamentos, mais 1 250 mil euros, correspondendo a mais 58,6%.

Nesta sequência, o investimento municipal, em termos de valor absoluto, tanto no que se refere à realização como a pagamentos, evidencia um crescimento substancial face aos anos económicos de 2008, 2009, 2010 e 2011. Similar relação poderá ser retirada, aquando da análise das percentagens de execução física e financeira.

Da conjugação entre a dotação definida para cada rubrica e o montante realizado e pago, obtêm-se percentagens de execução, que permitem obter informação, a todo o momento, do grau de evolução dos objetivos inicialmente propostos.

Assim, ir-se-á analisar, quer em termos absolutos quer percentuais, o endividamento a fornecedores de imobilizado:

- Em 2009, **45%** do faturado não foi pago até ao terminus do respetivo ano, traduzindo-se em termos absolutos no valor de 1 205 mil euros;
- Em 2010, **76%** do faturado não foi pago até ao terminus do respetivo ano, traduzindo-se em termos absolutos no valor de 1 567 mil euros;
- Em 2011, **43%** do faturado não foi pago até ao terminus do respetivo ano, traduzindo-se em termos absolutos no valor de 1 607 mil euros;
- Em 2012, **14%** do faturado não foi pago até ao terminus do respetivo ano, traduzindo-se em termos absolutos no valor de 546 mil euros.

Designação	2009	2010	2011	2012
<b>Dotação Final</b>	7 347 287,00	6 740 547,00	7 255 151,00	5 702 380,00
<b>Realizado</b>	2 678 749,93	2 063 604,24	3 739 863,65	3 929 208,18
<b>Pago</b>	1 473 827,97	495 869,91	2 133 274,83	3 383 209,82
<b>Taxa de Realização</b>	<b>36,46%</b>	<b>30,61%</b>	<b>51,55%</b>	<b>68,90%</b>
<b>Taxa de Execução</b>	<b>20,06%</b>	<b>7,36%</b>	<b>29,40%</b>	<b>59,33%</b>

**Gráfico - Representatividade da despesa realizada em investimento face à dotação definida**

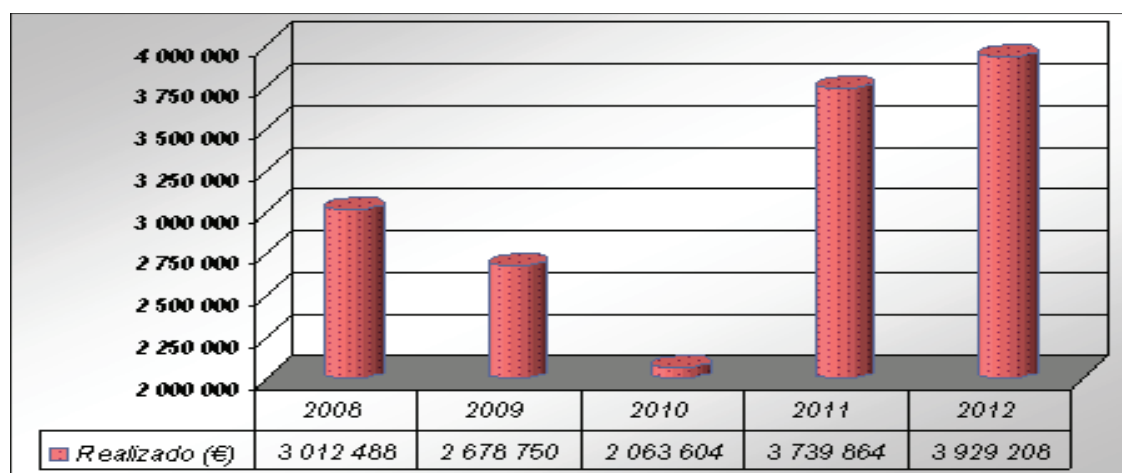
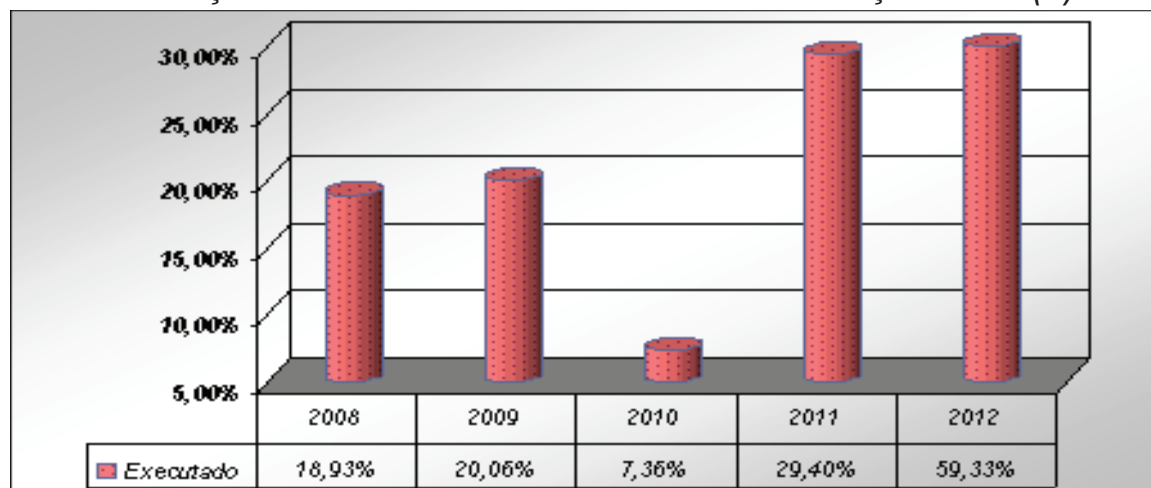




Gráfico – Execução do Plano Plurianual de Investimentos face à dotação definida (%)



## 2.2. Atividades Mais relevantes (AMR)

As AMR's, que congregam as atividades mais relevantes desenvolvidas pelo município e arrumadas pelo mesmo quadro de objetivos do PPI, alcançaram uma realização total de 7 041 mil euros, refletindo uma execução física de 94,4%, somente menos 5,6% que as dotações inicialmente previstas. A execução financeira situou-se em 80,9 %, o que se traduziu na quantia de 6 029 mil euros.

### Despesa por Setores Estruturais

Prog.	Designação	Dot. Final	Compromissos	Taxa Adjudicaç	Faturado	Taxa Realiz.	Pagamento	Tx Exec. Anual
		(1)	(2)	(3)=(2/1)*100	(2')	(3)=(1)-(2)	(3')=(1')-(2')	(%)
111	Administração Geral	557 417,00	539 977,27	96,87%	534 547,35	95,90%	534 547,35	95,90%
121	Protecção civil	262 636,00	262 575,27	99,98%	257 951,22	98,22%	87 703,98	33,39%
21	Educação	1 376 679,0	1 333 424,68	96,86%	1 242 601,87	90,26%	1 114 139,49	80,93%
232	Ação Social	109 109,00	102 936,62	94,34%	102 033,71	93,52%	80 808,88	74,06%
243	Saneamento	678 635,00	670 690,17	98,83%	649 541,29	95,71%	529 950,82	78,09%
244	Abastec. Água	1 235 045,0	1 219 329,05	98,73%	1 150 601,57	93,16%	847 488,61	68,62%
245	Resíduos sólidos	619 106,00	606 524,06	97,97%	594 590,33	96,04%	527 392,25	85,19%
246	Prot. Amb. e Natureza	107 440,00	100 972,65	93,98%	100 133,84	93,20%	100 133,84	93,20%
251	Cultura	182 258,00	162 319,33	89,06%	161 303,11	88,50%	124 803,11	68,48%
252	Desporto recreio e lazer	322 078,00	307 547,47	95,49%	283 512,61	88,03%	255 444,19	79,31%
331	Transportes rodoviários	204 766,00	198 043,53	96,72%	195 998,04	95,72%	195 998,04	95,72%
341	Mercados e feiras	2 349,00	660,74	28,13%	660,74	28,13%	660,74	28,13%
342	Turismo	146 838,00	142 710,78	97,19%	141 876,31	96,62%	141 876,31	96,62%
350	Funções económicas	219 974,00	214 172,40	97,36%	212 025,80	96,39%	210 974,15	95,91%
410	Operaç. dívida autarq.	1 017 330,0	1 015 824,00	99,85%	1 012 636,77	99,54%	1 012 636,77	99,54%
420	Transf's administrações	414 048,00	401 344,27	96,93%	401 036,99	96,86%	264 122,98	63,79%
	<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>7 455 708,00</b>	<b>7 279 052,29</b>	<b>97,63%</b>	<b>7 041 051,55</b>	<b>94,44%</b>	<b>6 028 681,51</b>	<b>80,86%</b>

### **2.3. Grandes Opções do Plano e sua Evolução (GOP)**

No que respeita aos resultados alcançados aquando da análise da execução das Grandes Opções do Plano (GOP), o exercício económico de 2012, em termos de valor absoluto, no que se refere à realização, denota que houve uma contenção de despesa corrente, pois este mapa incorpora os resultados obtidos do Plano Plurianual de Investimentos, o qual prosperou.

Ainda assim, quando são analisados os pagamentos efetuados, cerca de 9 412 mil euros, evidencia-se como um ano ímpar, obtendo os maiores registos do último triénio, mais 1 781 mil euros, 4 697 mil euros e 4 235 mil euros, face a 2011, 2010 e 2009, respetivamente.

Similar relação poderá ser retirada, aquando da análise das percentagens de execução física e financeira, como na tabela seguinte se pode comprovar.

Assim, no respeitante à realização, em cerca de 10 970 mil euros, evidenciou-se um decréscimo face a 2011 em 5,4%, correspondendo a menos 632 mil euros, ao invés da execução financeira, que apresenta um crescimento em 23,3%, mais 1 781 mil euros.

No final de 2012, os resultados obtidos na execução financeira do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e Atividades Mais Relevantes (AMR) tinham, conjuntamente, alcançado 71,5% (49,5% em 2011 e 38,8% em 2010) do financiamento definido. Este, foi o melhor resultado do triénio em análise.

Não obstante, é de todo conveniente reiterar que o documento designado de Grandes Opções do Plano (GOP) engloba não só o Plano Plurianual de Investimentos, doravante nomeado de PPI (aquisição de bens de investimento), como também as Atividades Mais Relevantes, doravante nomeadas de AMR's.

Ora, e sabendo que o primeiro contempla todas as aquisições de bens de capital, pertencentes ao Património do Município, e cuja génese, do ponto de vista económico, traduz-se em formação bruta de capital fixo, e portanto reprodutivo, já as aquisições de bens e serviços e outras relativas às Atividades Mais Relevantes, de natureza essencialmente corrente, poderão transformar-se, ou não, em “investimento” para o Município.

Tal como já acima referido, os resultados obtidos na execução financeira do PPI em 59,33%, ultrapassando, por fim, a barreira dos 50%, mais 58,6% que em 2011 e 582% face a 2010, tiveram um contributo preponderante nas execuções obtidas nas GOP, demonstrando um esforço reforçado na condução de verbas para realizar e solver despesas de investimento.

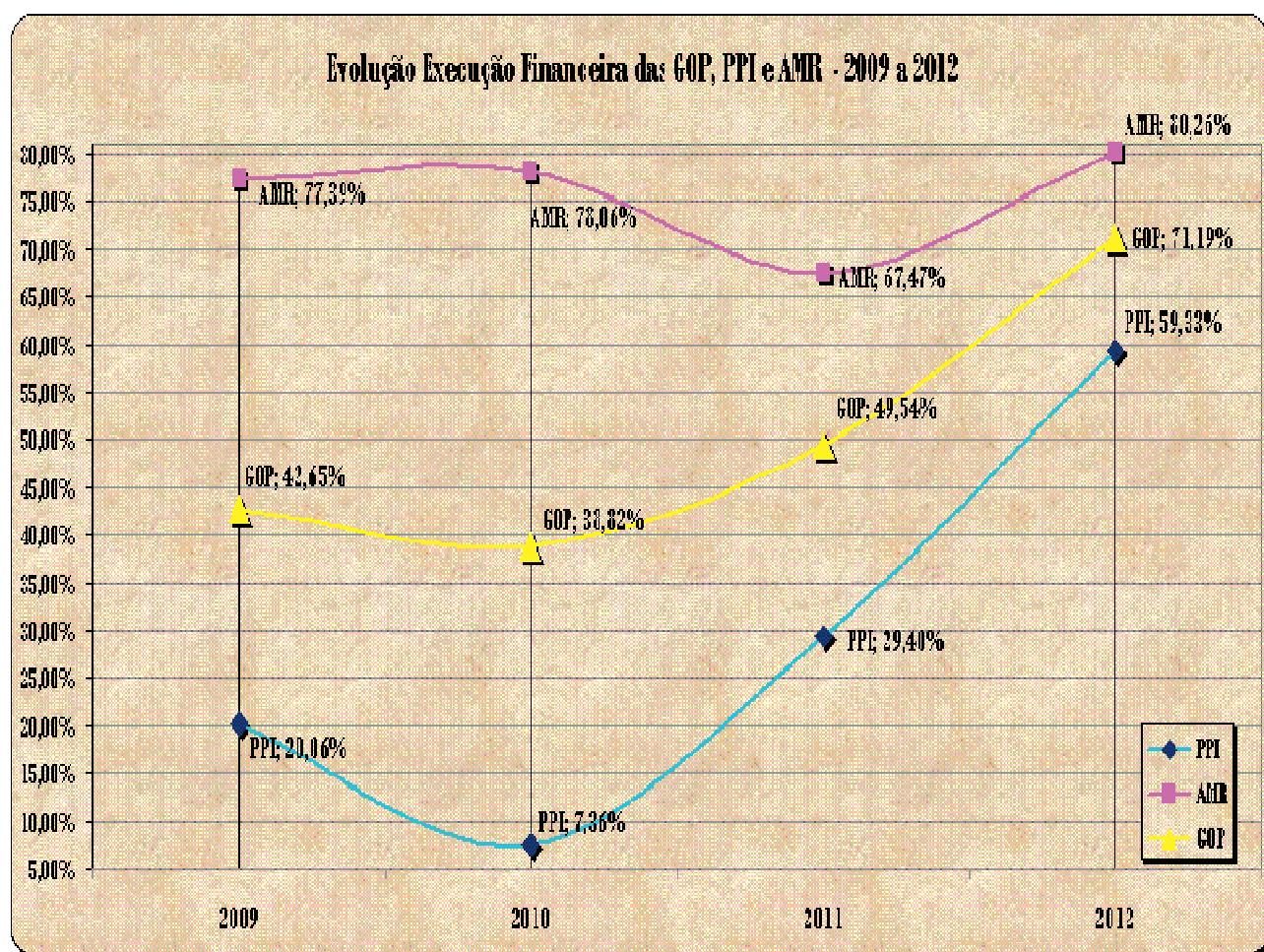
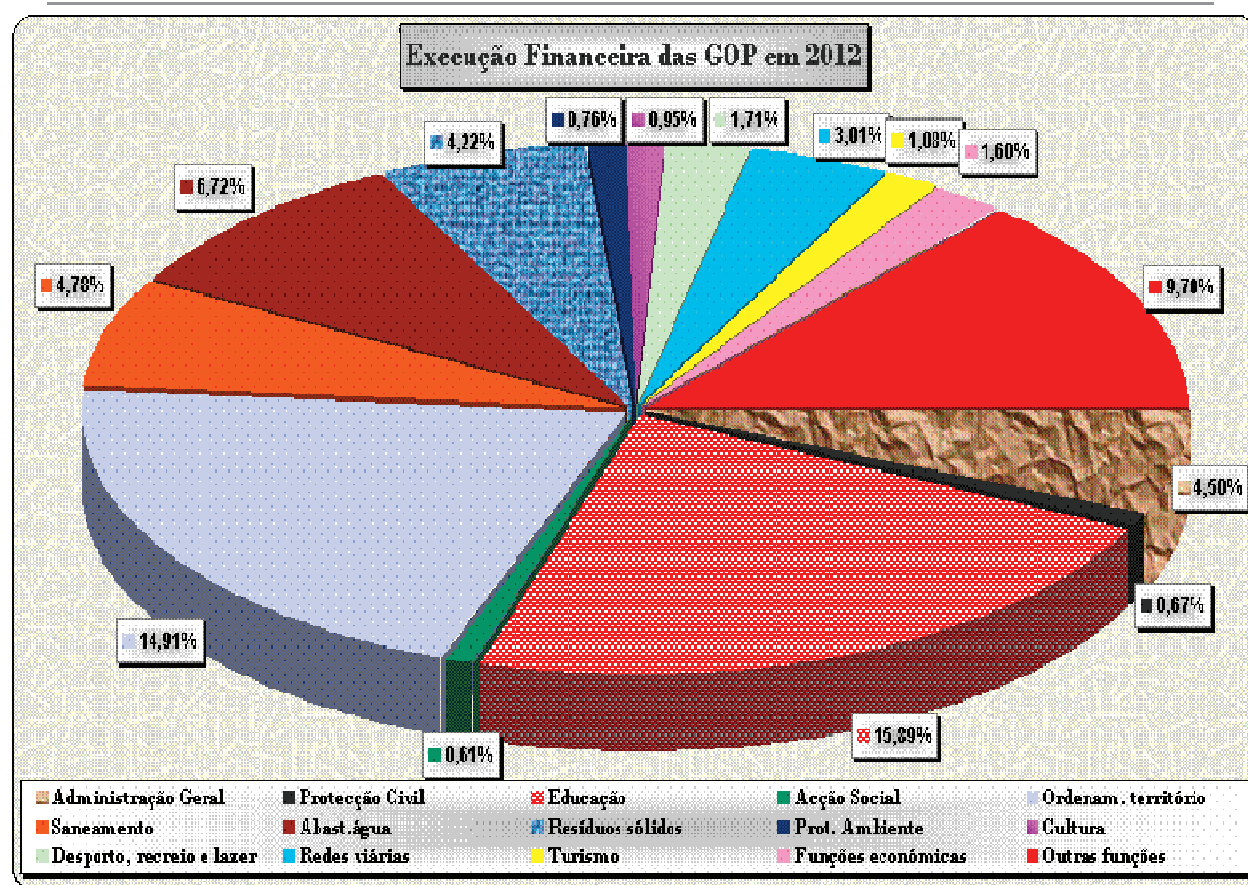
Nesta sequência, dos cerca de 10 970 mil euros realizados, cerca de 36%, (3 929 mil euros) respeita a investimento. O montante em diferencial de 7 041 mil euros, possui sobretudo natureza corrente, excetuando-se 1 564 mil euros respeitantes a transferências de capital para juntas de freguesia, protocolo circulo cultura musical, protocolo bombeiros, CIM-Oeste e amortizações de empréstimos, os quais, ainda que possuindo natureza de capital, não se traduzem em aquisições de bens de investimento.

A dívida espelhada nas GOP atinge o montante de 1 558 mil euros. Deste, cerca de 546 mil euros pertence a investimento, sendo o restante referente a AMR's (capital e correntes).

Designação	2009	2010	2011	2012
<b>Dotação Final</b>	12 138 109,00	12 145 844,00	15 403 175,00	13 158 088,00
<b>Realizado</b>	7 050 905,27	7 118 572,90	11 601 991,26	10 970 259,73
<b>Pago</b>	5 177 416,03	4 715 077,47	7 631 147,50	9 411 891,33
<b>Taxa de Realização</b>	<b>58,09%</b>	<b>58,61%</b>	<b>75,32%</b>	<b>83,37%</b>
<b>Taxa de Execução</b>	<b>42,65%</b>	<b>38,82%</b>	<b>49,54%</b>	<b>71,53%</b>

Para melhor interpretação, elaborou-se um mapa de controlo acompanhado do respetivo gráfico, onde espelha o peso da classificação funcional no total definido:

Prog.	Designação	Dot. Actual	Compromisso	Taxa Adjud.	Faturado	Taxa Realização	Pagamento	Tx Exec. Anual
-	-	(1)	(2)	(3)=(2/1)*100	(4)	(5)=(4/1)*100	(6)	(7)=(6/1)*100
111	Administração geral	716 811,00	636 455,50	88,79%	629 402,54	87,81%	592 670,76	82,68%
121	Protecção civil	262 686,00	262 575,27	99,96%	257 951,22	98,20%	87 703,98	33,39%
21	Educação	3 296 514,00	3 235 463,84	98,15%	2 489 693,60	75,53%	2 090 852,88	63,43%
232	Ação Social	109 109,00	102 936,62	94,34%	102 033,71	93,52%	80 808,88	74,06%
241	Habitação	1 182,00	1 108,04	93,74%	1 108,04	93,74%	1 108,04	93,74%
242	Ordenamento território	2 260 909,00	2 226 166,38	98,46%	2 053 458,66	90,82%	1 961 811,24	86,77%
243	Saneamento	832 325,00	780 356,36	93,76%	758 776,23	91,16%	628 834,83	75,55%
244	Abastec. Água	1 857 174,00	1 366 501,43	73,58%	1 222 962,42	65,85%	884 813,29	47,64%
245	Resíduos sólidos	676 811,00	657 080,56	97,08%	645 146,83	95,32%	554 832,55	81,98%
246	Prot. Amb. Natureza	116 008,00	104 232,15	89,85%	100 133,84	86,32%	100 133,84	86,32%
251	Cultura	182 258,00	162 319,33	89,06%	161 303,11	88,50%	124 803,11	68,48%
252	Desporto recreio e lazer	364 398,00	349 808,84	96,00%	298 003,98	81,78%	269 935,56	74,08%
320	Indústria e energia	87 826,00	15 891,60	18,09%	7 109,40	8,09%	7 109,40	8,09%
331	Transportes rodoviários	592 538,00	513 100,85	86,59%	474 939,54	80,15%	396 446,53	66,91%
341	Mercados e feiras	3 349,00	660,74	19,73%	660,74	19,73%	660,74	19,73%
342	Turismo	146 838,00	142 710,78	97,19%	141 876,31	96,62%	141 876,31	96,62%
350	Funções económicas	219 974,00	214 172,40	97,36%	212 025,80	96,39%	210 974,15	95,91%
410	Oper. dívida autarq.	1 017 330,00	1 015 824,00	99,85%	1 012 636,77	99,54%	1 012 636,77	99,54%
420	Transf's administrações	414 048,00	401 344,27	96,93%	401 036,99	96,86%	264 122,98	63,79%
	<b>TOTAL GOP</b>	<b>13 158 088,00</b>	<b>12 188 708,96</b>	<b>92,63%</b>	<b>10 970 259,73</b>	<b>83,37%</b>	<b>9 411 891,33</b>	<b>71,53%</b>





## 2.4. Orçamento

O Orçamento de 2012 e Grandes Opções do Plano obtiveram aprovação, pela Câmara Municipal em 16 de dezembro de 2011, e pela Assembleia Municipal em 30 de dezembro de 2011

### 2.4.1. Modificações aos Documentos Previsionais – Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano

Durante a gerência de 2012, procederam os Serviços de Contabilidade a 13 modificações, nos seguintes termos:

- 4 (quatro) revisões destinadas a integrar o saldo de gerência anterior, redução de verba para venda de terrenos por contrapartida da diminuição de despesa de capital, e, por último ajustamento de receita corrente por contrapartida de diminuição de despesa corrente;
- 9 (nove) alterações orçamentais com reflexo nas dotações do Orçamento e Grandes Opções do Plano e uma destas com reflexo na receita decorrente do empréstimo do BEI.

### 2.4.2. Orçamento da Receita

#### 2.4.2.1. Análise global das receitas correntes e receitas de capital

<b>Composição</b>	<b>Dotação Final</b>	<b>Cobrado **</b>	<b>Desvio:</b>		<b>Taxa (%) Execução</b>	<b>Peso da Rubrica</b>
			<b>Valor</b>	<b>%</b>		
	<b>(1)</b>	<b>(2)</b>	<b>(3)=(2)-(1)</b>	<b>(4)=(3)/(1)</b>	<b>(5)=(2)/(1)</b>	
<b>RECEITA CORRENTE</b>						
01. Impostos Diretos	1 499 405,00	1 723 753,03	224 348,03	14,96%	115,0%	23,4%
02. Impostos Indiretos	82 796,00	187 212,15	104 416,15	126,11%	226,1%	2,5%
04. Taxas, Multas e outras penal.	373 789,00	358 599,48	- 15 189,52	-4,06%	95,9%	4,9%
05. Rendimentos Propriedade	88 220,00	63 960,75	- 24 259,25	-27,50%	72,5%	0,9%
06. Transferências Correntes	3 000 157,00	2 890 284,89	- 109 872,11	-3,66%	96,3%	39,3%
07. Venda Bens e Serv. Correntes	3 557 220,00	2 119 807,78	- 1 437 412,22	-40,41%	59,6%	28,8%
08. Outras Receitas Correntes	25 413,00	15 757,19	- 9 655,81	-38,00%	62,0%	0,2%
<b>TOTAL RECEITAS CORRENTES</b>	<b>8 627 000,00</b>	<b>7 359 375,27</b>	<b>- 1 267 624,73</b>	<b>-14,69%</b>	<b>85,2%</b>	<b>100,0%</b>
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>						
09. Venda de Bens Investimento	904 992,00	42 738,00	- 862 254,00	-95,28%	4,7%	1,1%
10. Transferências de Capital	5 594 400,00	3 309 733,89	- 2 284 666,11	-40,84%	59,2%	82,2%
12. Passivos Financeiros	673 373,00	673 372,90	- ,10	0,00%	100,0%	16,7%
13. Indemnizações	5 100,00	,00	- 5 100,00	0,0%	0,0%	0,0%
<b>TOTAL RECEITAS CAPITAL</b>	<b>7 177 865,00</b>	<b>4 025 844,79</b>	<b>- 3 152 020,21</b>	<b>-43,91%</b>	<b>56,1%</b>	<b>100,0%</b>
<b>OUTRAS RECEITAS</b>						
15. Reposic. Não Abat. Pagamentos	500,00	21 227,38	20 727,38	4145,48%	4245,5%	4245,5%
<b>TOTAL OUTRAS RECEITAS</b>	<b>500,00</b>	<b>21 227,38</b>	<b>20 727,38</b>	<b>4145,48%</b>	<b>4245,5%</b>	<b>0,5%</b>
<b>TOTAL RECEITA</b>	<b>15 805 365,00</b>	<b>11 406 447,44</b>	<b>- 4 398 917,56</b>	<b>-27,83%</b>	<b>72,3%</b>	<b>100,0%</b>

\* SEM SALDO DE GERÊNCIA ANTERIOR (€ 88 693);

\*\* RECEITA COBRADA BRUTA

A receita global cobrada bruta atingiu no ano económico de 2012 o montante de 11 406 447,44 (sem saldo de gerência anterior de € 88 693), da qual:

- 64,7% é constituída por receitas de natureza corrente, e relativamente ao inicialmente previsto a sua cobrança concretizou-se em 85,2% (desvio negativo de € 1 268 mil euros); (em 2011 as percentagens foram de 73,8% e 72,5%, respectivamente);
- e 35,3% por receitas de natureza de capital, e relativamente ao inicialmente previsto a sua cobrança concretizou-se em 56,1% (desvio negativo em € 3 152 mil euros). Note-se que em 2011 as percentagens foram de 26,2% e 29,6%.

#### **2.4.2.1.1. Receitas correntes**

Tendo todos nós a noção do papel crucial que a receita detém na gestão financeira do Município, bem como que a gestão de risco de liquidez assenta na manutenção de um adequado nível de disponibilidades, que permitam assegurar o desenvolvimento do funcionamento normal das atividades inerentes às necessidades e níveis de satisfação crescentes dos Munícipes, patenteia-se, cada vez mais, a exigência em eleger a consolidação orçamental efetiva do Município como uma prioridade incontornável.

Considerando a situação financeira que o Município atravessa, embora com melhorias significativas no ano de 2012, cujos reflexos são visíveis aquando da análise da solvência da dívida, patenteia-se que os estrangulamentos nos “dinheiros” do Município, decorrem dos encargos mensais contratados serem superiores às receitas mensais cobradas. É ainda de apontar e não descurar, os acordos e planos de regularização de dívida em curso e cumpridos nos prazos estabelecidos.

A acrescer ao exposto, encontram-se em curso empreitadas co-financiadas por fundos comunitários, em que a contrapartida do Município acarreta “desencaixes” nos cofres do Município.

A cobrança de receita corrente em 2012 manteve-se quase que inalterada face ao ano económico de 2011. Porém, a mesma acusa insuficiência de cobertura face à despesa de idêntica natureza, não só a do próprio ano, como também a de anos anteriores. Donde se conclui que as despesas correntes terão de reduzir significativamente em anos seguintes e o suficiente, de forma a não só suportar as despesas do próprio ano, bem como colmatar a dívida transata (1,9 milhões de euros) até atingir o equilíbrio corrente.

Por conseguinte, o financiamento atual de um conjunto de despesas regulares e imprescindíveis ao funcionamento da Autarquia encontram-se deficitárias em 6,7%, correspondendo a 531 mil euros, uma redução drástica e muito favorável, face ao cenário existente em anos anteriores.

#### ANÁLISE DO DÉFICE NO ÚLTIMO TRIÉNIO

<b>Designação</b>	<b>2009 (€)</b>	<b>2010 (€)</b>	<b>2011 (€)</b>	<b>2012 (€)</b>
Receitas Correntes Cobradas	6 846 124,57	6 851 823,78	7 360 441,91	7 359 375,27
Despesas Correntes Realizadas	9 187 448,54	9 590 337,51	9 681 870,81	7 890 376,32
<b>% Déficit Corrente</b>	<b>25,5%</b>	<b>28,6%</b>	<b>24,0%</b>	<b>6,7%</b>
Receitas de Capital Cobradas	2 507 553,14	1 277 489,40	2 616 636,24	4 025 844,79
Despesas de Capital Realizadas	3 471 729,02	3 161 465,94	5 393 841,58	5 493 576,35
<b>% Déficit Capital</b>	<b>27,8%</b>	<b>59,6%</b>	<b>51,5%</b>	<b>26,7%</b>
<b>% DÉFICE TOTAL</b>	<b>26,1%</b>	<b>36,2%</b>	<b>33,8%</b>	<b>14,9%</b>

Como se pode observar no quadro do Orçamento da Receita, as receitas mais relevantes advêm:

- De todos os impostos diretos (IMI, IUC, IMT, Derrama, CA e Sisa) com uma taxa de execução de 114,96%, mais 224 mil euros do que o previsto, e com um peso percentual no total de receitas correntes em 23,4%.

Surge reforçada a sua posição no cômputo das receitas, e em mais 86 mil euros que em 2011;

<b>Receita cobrada bruta</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
<i>Ot. Impostos diretos</i>				
IMI	837 783,27	939 314,48	984 124,55	1 133 671,38
IUC	186 450,61	198 363,72	212 711,90	244 022,83
IMT	420 651,44	237 844,76	358 201,79	204 931,90
Derrama	21 304,28	45 022,87	82 145,27	64 481,43
CA	,00	268,35	959,08	1 674,36
SISA	1 745,79	3 767,78	,00	74 971,13
<b>TOTAL Receita Cobrada Bruta</b>	<b>1 467 935,39</b>	<b>1 424 581,96</b>	<b>1 638 142,59</b>	<b>1 723 753,03</b>
<b>TOTAL Receita Prevista</b>	<b>1 738 133,00</b>	<b>1 718 500,00</b>	<b>1 481 067,00</b>	<b>1 499 405,00</b>
<b>Grau de execução Receita bruta</b>	<b>84,45%</b>	<b>82,90%</b>	<b>110,61%</b>	<b>114,96%</b>

- Das transferências correntes da Administração Central com taxa de execução de 96,3%, e com peso percentual de 39,3% (respetivamente 92,4% e 40,1% em 2011), apresenta, mais uma vez, uma redução da sua representatividade, em 61 mil euros;
- E da venda de bens e serviços com 59,6%, e de peso percentual 28,8%, decrescendo em, termos absolutos, cerca de 33 mil euros.

## 2.4.2.1.2. Receitas de capital

As receitas de capital em 2012 perfizeram o montante de 4 026 mil euros (2 617 mil euros em 2011), cuja execução financeira rondou os 56,1% (29,6% em 2011). Este montante evidenciou a melhor execução obtida desde 2008.

A variação positiva da execução da receita de capital, face a 2011, atribui-se à arrecadação do empréstimo (parte) do BEI em 163 mil euros e das participações do QREN e PRODER, no montante de 2,2 milhões de euros, que, só em 2012, corresponderam a pagamentos na ordem dos 2,7 milhões de euros para o Centro Educativo do Bombarral e Requalificação da Entrada Sul.

## 2.4.2.1.3. Evolução da Receita

Apresentar-se-ão mapas e gráficos para uma melhor visualização da evolução da receita.

## Evolução das Receitas em valor absoluto e respetiva representatividade

(receitas correntes e capital / Receitas Totais)

<b>Designação</b>	<b>2009 Valor (€)</b>	<b>2010 Valor (€)</b>	<b>2011 Valor (€)</b>	<b>2012 Valor (€)</b>	<b>2009 (%)</b>	<b>2010 (%)</b>	<b>2011 (%)</b>	<b>2012 (%)</b>
Receitas Correntes	6 846 124,57	6 851 823,78	7 360 441,91	7 359 375,27	73,19%	84,29%	73,77%	64,5%
Receitas de Capital	2 506 172,36	1 277 368,72	2 616 636,24	4 025 844,79	26,79%	15,71%	26,23%	35,3%
Outras Receitas	1 380,78	,00	,00	21 227,38	0,01%	0,00%	0,00%	0,2%
<b>TOTAL RECEITA</b>	<b>9 353 677,71</b>	<b>8 129 192,50</b>	<b>9 977 078,15</b>	<b>11 406 447,44</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

\* SEM SALDO DE GERÊNCIA ANTERIOR

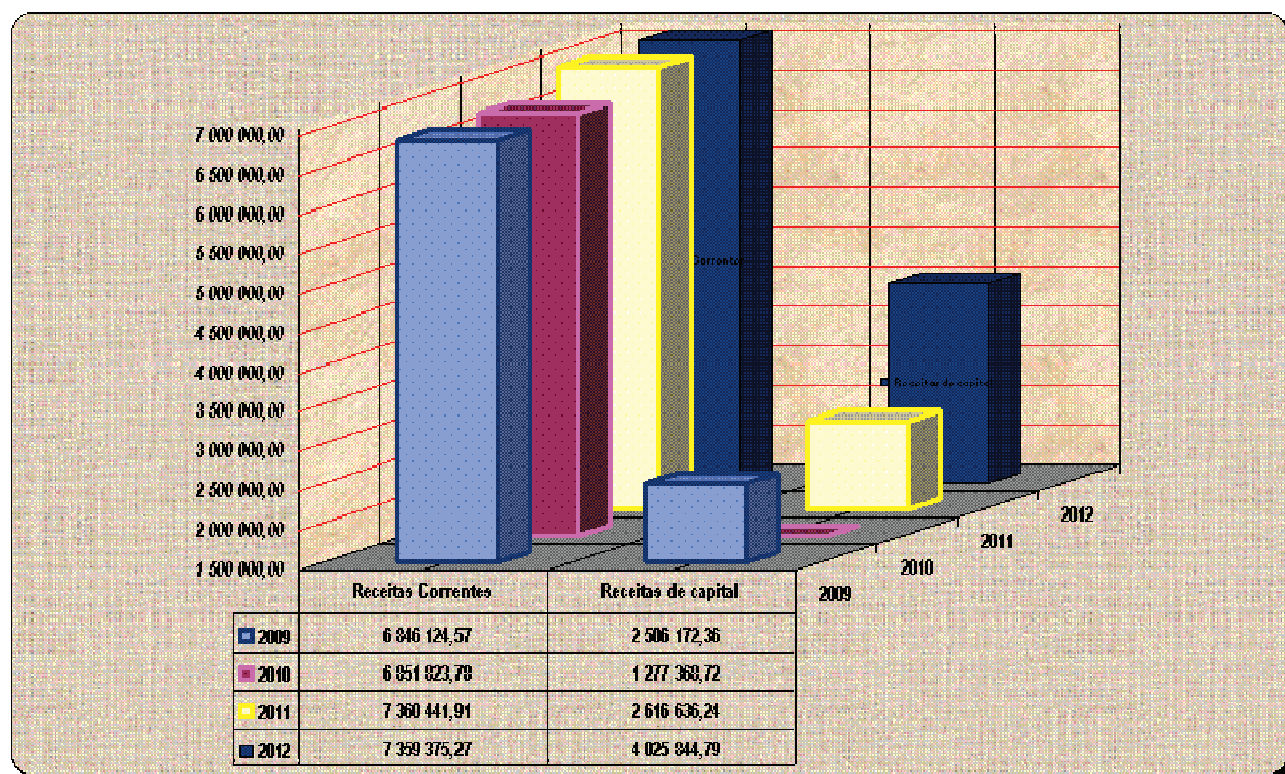
## Evolução das Diferentes Componentes da Receita e correspondente relação com o Total

<b>Composição</b>	<b>2010</b>		<b>2011</b>		<b>2012</b>	
	<b>Valor (€)</b>	<b>%</b>	<b>Valor (€)</b>	<b>%</b>	<b>Valor (€)</b>	<b>%</b>
<b><i>Receita Estrutural</i></b>						
Impostos Directos e Indirectos	1 503 059,70	18,49%	1 638 776,43	16,43%	1 910 965,18	16,75%
Taxas, Multas e outras penal.	239 314,57	2,94%	452 338,89	4,53%	358 599,48	3,14%
Rendimentos Propriedade	71 408,19	0,88%	96 321,65	0,97%	63 960,75	0,56%
Transferências Correntes	3 200 380,51	39,37%	2 951 338,85	29,58%	2 890 284,89	25,34%
Venda Bens e Serv. Correntes	1 795 727,86	22,09%	2 152 361,60	21,57%	2 119 807,78	18,58%
Outras Receitas Correntes	41 932,95	0,52%	69 262,79	0,69%	15 757,19	0,14%
Venda de Bens de Investimento	,00	0,00%	5 001,00	0,05%	42 738,00	0,37%
Outras Receitas de capital	,00	0,00%	,00	0,00%	,00	0,00%
<b>TOTAL Receita Estrutural</b>	<b>6 851 823,78</b>	<b>84,29%</b>	<b>7 365 401,21</b>	<b>73,82%</b>	<b>7 402 113,27</b>	<b>64,89%</b>
<b><i>Receita Afeta ao Plano</i></b>						
Transferências de Capital	1 277 308,72	15,71%	2 121 635,24	21,27%	3 309 733,89	29,02%
Passivos Financeiros	,00	0,00%	490 000,00	4,91%	673 372,90	5,90%
<b>TOTAL Receita Afeta ao Plano</b>	<b>1 277 308,72</b>	<b>15,71%</b>	<b>2 611 635,24</b>	<b>26,18%</b>	<b>3 983 106,79</b>	<b>34,92%</b>
<b><i>Outras Receitas</i></b>						
Reposiç. Não Abat. Pagamentos	120,68	0,00%	,00	0,00%	21 227,38	0,19%
<b>TOTAL Outras Receitas</b>	<b>120,68</b>	<b>0,00%</b>	<b>,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>21 227,38</b>	<b>0,19%</b>
<b>TOTAL RECEITA</b>	<b>8 129 253,18</b>	<b>100,00%</b>	<b>9 977 036,45</b>	<b>100,00%</b>	<b>11 406 447,44</b>	<b>100,00%</b>

\* SEM SALDO DE GERÊNCIA ANTERIOR



Gráfico – Evolução da Distribuição da Receita – Corrente/Capital



Em síntese, a cobrança de receita em 2012, e nos últimos cinco anos, teve um desempenho único, possibilitando não só o cumprimento dos diversos planos de liquidação e acordos de regularização de dívida levados a cabo em 2011 e 2012, assim como duas grandes empreitadas iniciadas, nomeadamente: a Requalificação da Entrada Sul e o Centro Educativo do Bombarral, ambas perfazendo uma quantia que ronda os 6,5 milhões de euros, sendo que a primeira encontra-se terminada e a segunda encontra-se ainda em curso.

### 2.4.3. Orçamento da Despesa

#### 2.4.3.1. Análise global das Despesas correntes e despesas de capital

##### 2.4.3.1.1. Despesas correntes

As despesas correntes atingiram no ano económico de 2012 uma realização no total de 7 890 mil euros (taxa de realização de 91,5%) e uma execução de 78,7%, correspondendo a despesa paga no montante de 6 792 mil euros.

Na sua composição é visível o peso das despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços. Estas duas rubricas representam em simultâneo, tanto em termos de realização como pagamento, cerca de 94,2% e 95,3% do total da despesa corrente, faturada ou paga, respetivamente.

Realce-se os quadros abaixo, dos quais extraem-se algumas conclusões que merecem destaque:

**1º)** Do montante faturado, € 7 890 376,32, foram pagos € 6 791 970,13, restando em dívida, referente a despesa corrente, € 1 098 406,19;

**2º)** Do montante compromissado, € 8 202 551,45 (assunção de despesas para com terceiros), resta ainda por faturar mais € 312 175, donde o montante por pagar irá perfazer a quantia total de € 1 410 581;

**3º)** Globalmente, as despesas correntes patentearam relativamente ao ano transato, em termos de realização, um decréscimo de 18,5% (menos 1 791 mil euros), e de execução 4 pontos percentuais positivos, mais 262 mil euros em pagamentos.

<b>Designação</b>	<b>Faturado 2011</b>	<b>Faturado 2012</b>	<b>Taxa Crescimento</b>	<b>Pagamento; 2011</b>	<b>Pagamento; 2012</b>	<b>Taxa Crescimento</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>						
01. Despesas com pessoal	4 095 791,41	3 289 150,83	-19,69%	4 009 636,61	3 207 171,03	-20,01%
02. Aquisição de bens e serviços	4 743 485,13	4 140 552,88	-12,71%	2 069 651,16	3 268 551,50	57,93%
03. Juros e outros encargos	277 419,30	220 957,07	-20,35%	184 343,46	191 632,67	3,95%
04. Transferências correntes	336 346,63	186 220,56	-44,63%	97 129,01	72 396,92	-25,46%
06. Outras desp. correntes	228 828,34	53 494,98	-76,62%	168 928,18	52 218,01	-69,09%
<b>Total Despesa Corrente</b>	<b>9 681 870,81</b>	<b>7 890 376,32</b>	<b>-18,5%</b>	<b>6 529 688,42</b>	<b>6 791 970,13</b>	<b>4,02%</b>

Mediante uma análise mais detalhada às rubricas da despesa corrente faturada, face a período homólogo, **CONSTATA-SE** uma redução substancial e generalizada em todas as rubricas, ou seja:

- redução de 19,7% em despesas com o pessoal (menos 807 mil euros);
- redução em 12,7% em FSE (menos 603 mil euros);
- redução de juros e encargos em 20,4% (menos 56 mil euros);
- redução de transferências correntes em 44,6% (menos 150 mil euros) e;
- redução de outras despesas correntes em 76,6% (menos 175 mil euros).

Estas evidências serão melhor aprofundadas aquando da análise da Demonstração de Resultados, que versa sobre os custos/proveitos efetivos do ano de 2012.

## ESTRUTURA DO ORÇAMENTO DA DESPESA DE 2012

<u>Designação</u>	<u>Dot. Atual</u>	<u>Compromisso</u>	<u>Taxa (%)</u> <u>Adjudic.</u>	<u>Faturado</u>	<u>Taxa (%)</u> <u>Realiz.</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Peso da</u> <u>Rubrica</u>	<u>Txa Exec</u> <u>Anual %</u>
	(1)	(2)	(3)=(2/1)	(4)	(5)=(4/1)	(6)	(7)	(8)=(6/1)
<b>DESPESAS CORRENTES</b>								
01. Despesas com pessoal	3 500 408,20	3 318 063,21	94,79%	3 289 150,83	93,96%	3 207 171,03	47,22%	91,62%
02. Aquis. bens e serviços	4 543 274,80	4 412 968,85	97,13%	4 140 552,88	91,14%	3 268 551,50	48,12%	71,94%
03. Juros, outros encargos	283 274,00	224 677,87	79,31%	220 957,07	78,00%	191 632,67	2,82%	67,65%
04. Transferência corrente	221 584,00	191 418,97	86,39%	186 220,56	84,04%	72 396,92	1,07%	32,67%
06. Outra desp. Corrente	76 952,00	55 422,55	72,02%	53 494,98	69,52%	52 218,01	0,77%	67,86%
<b>Total Despesa Corrente</b>	<b>8 625 493,00</b>	<b>8 202 551,45</b>	<b>95,10%</b>	<b>7 890 376,32</b>	<b>91,48%</b>	<b>6 791 970,13</b>	<b>100,00%</b>	<b>78,74%</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
07. Aquisição bens capital	5 702 380,00	4 909 656,67	86,10%	3 929 208,18	68,90%	3 383 209,82	72,05%	59,33%
08. Transferências capital	552 043,00	552 039,32	100,00%	551 731,40	99,94%	299 693,79	6,38%	54,29%
09. Activos financeiros	,00	,00	0,00%	,00	0,00%	,00	0,00%	0,00%
10. Passivos financeiros	1 014 142,00	1 012 636,77	99,85%	1 012 636,77	99,85%	1 012 636,77	21,57%	99,85%
<b>Total Despesa Capital</b>	<b>7 268 565,00</b>	<b>6 474 332,76</b>	<b>89,07%</b>	<b>5 493 576,35</b>	<b>75,58%</b>	<b>4 695 540,38</b>	<b>100,00%</b>	<b>64,60%</b>
<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>15 894 058,00</b>	<b>14 676 884,21</b>	<b>92,34%</b>	<b>13 383 952,67</b>	<b>84,21%</b>	<b>11 487 510,51</b>	<b>100,00%</b>	<b>72,28%</b>

## 2.4.3.1.2. Despesas de capital

As despesas de capital atingiram no ano económico em análise, um valor de realização na ordem dos 5 494 mil euros correspondendo a uma taxa de 75,6%. A execução financeira de 64,6% traduz-se em valores absolutos na quantia de 4 696 mil euros. Estes resultados foram os mais elevados desde 2008, inclusive.

Face a 2011, o investimento municipal evidenciou um crescimento na execução física em 5%, sendo de realçar o crescimento da execução financeira em 58,6%, a qual foi superior em 12 vezes a execução física registada, denotando, deste modo, pagamentos de dívida transata.

Para tal variação foram determinantes os montantes pagos de obras participadas, designadamente: Centro Educativo do Bombarral, com 1 708 mil euros, Requalificação da Entrada Sul da Vila, com 954 mil euros, transferências para juntas de freguesia, bem como a amortização de empréstimos em 1 milhão de euros referente a empréstimos de curto prazo e médio e longo prazo.

A análise da evolução das diferentes componentes das despesas de capital em 2012, permite-nos concluir que o investimento global (direto e indireto) é quase totalmente absorvido pela aquisição de bens capital, face ao total das despesas de capital (72)%.

A rubrica que representa o investimento direto (aquisição de bens de investimento) executado e pago pelo Município, atesta um crescimento digno de nota face a períodos anteriores.

<b><u>Designação</u></b>	<b>Faturado 2011</b>	<b>Faturado 2012</b>	<b>Taxa Cresci/to</b>	<b>Pagamentos 2011</b>	<b>Pagamentos 2012</b>	<b>Taxa Cresci/to</b>
DESPESAS DE CAPITAL						
07. Aquisição bens capital	3 739 863,65	3 929 208,18	5,06%	2 133 274,83	3 383 209,82	58,59%
08. Transferências capital	617 878,65	551 731,40	-10,71%	366 228,52	299 693,79	-18,17%
10. Passivos financeiros	1 036 099,28	1 012 636,77	-2,26%	1 036 099,28	1 012 636,77	-2,26%
<b>Total Despesa Capital</b>	<b>5 393 841,58</b>	<b>5 493 576,35</b>	<b>1,85%</b>	<b>3 535 602,63</b>	<b>4 695 540,38</b>	<b>32,81%</b>

## 2.5. Conclusões

A despesa total paga no exercício de 2012 foi de 11 488 mil euros, mais 1,4 milhões de euros que em 2011, cerca de 262 mil euros referente a despesas correntes e 1 160 mil euros a despesas de capital.

Atingiu uma execução anual de 72,3 (53% em 2011) e de 84,4% de realização (79% em 2011).

O montante global de 11 487 510,51 euros subdivide-se em:

- despesas correntes pagas, cujo montante ascendeu a 6 792 mil euros, com taxa de execução financeira de 78,7% (64,3% em 2011) e 91,5% de execução física (95% em 2011);
- e despesas de capital pagas no montante de 4 696 mil euros, com taxa de execução física e financeira anual de 75,6% e 64,6%, respetivamente, (60% e 39% em 2011).

A destacar que o Plano Plurianual de Investimentos evidenciou uma taxa de execução financeira de 59,3% (29,4% em 2011, 7,36% em 2010 e 20,06% em 2009);

A taxa de execução física foi de 68,9% (51,6% em 2011, 30,6% em 2010 e 36% em 2009);

As Atividades Mais Relevantes atingiram uma taxa de execução financeira de 80,9% (67,5% em 2011). A taxa de execução física foi de 94,4% (96,5% em 2011).

As Grandes Opções do Plano apresentaram uma taxa de execução financeira de 71,5% (49,5 em 2011). A execução física foi de 83,4% (75,3% em 2011).

## EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA NO TRIÊNIO DA RECEITA BRUTA, DESPESA, PPI, AMR E GOP

<u>Rubricas/Anos</u>	<u>2010</u>	<u>2010</u> <u>(%)</u>	<u>2011</u>	<u>2011</u> <u>(%)</u>	<u>2012</u>	<u>2012</u> <u>(%)</u>
Receita Corrente**	6 851 823,78	69%	7 360 400,21	72%	7 380 602,65	86%
Receita Capital	1 277 368,72	16%	2 616 636,24	30%	4 025 844,79	56%
<b>Total Receita *</b>	<b>8 129 313,18</b>	<b>45%</b>	<b>9 977 078,15</b>	<b>53%</b>	<b>11 406 447,44</b>	<b>72%</b>
Despesa Corrente	6 766 669,83	68%	6 529 688,42	64%	6 791 970,13	79%
Despesa de Capital	1 354 178,65	17%	3 535 602,63	39%	4 695 540,38	65%
<b>Total Despesa</b>	<b>8 120 848,48</b>	<b>45%</b>	<b>10 065 291,05</b>	<b>53%</b>	<b>11 487 510,51</b>	<b>72%</b>
Plano Plur. Investimentos	495 869,31	7%	2 133 274,83	29%	3 383 209,82	59%
At. Mais Relevantes	4 219 207,56	78%	5 497 872,67	67%	6 028 681,51	81%
<b>Grandes Opções do Plano</b>	<b>4 715 077,47</b>	<b>39%</b>	<b>7 631 147,50</b>	<b>50%</b>	<b>9 411 891,33</b>	<b>72%</b>

\* SEM SALDO DE GERÊNCIA ANTERIOR

\*\* INCLUI OUTRAS RECEITAS

## EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO FÍSICA NO TRIÊNIO DA RECEITA, DESPESA, PPI, AMR E GOP

<u>Rubricas/Anos</u>	<u>2010</u>	<u>2010</u> <u>(%)</u>	<u>2011</u>	<u>2011</u> <u>(%)</u>	<u>2012</u>	<u>2012</u> <u>(%)</u>
Receita Corrente **	7 121 558,42	72%	7 733 464,26	76%	8 137 815,89	94%
Receita Capital	1 319 070,71	17%	2 658 217,55	30%	4 043 183,90	56%
<b>Total Receita *</b>	<b>8 440 629,13</b>	<b>47%</b>	<b>10 391 681,81</b>	<b>55%</b>	<b>12 180 999,79</b>	<b>77%</b>
Despesa Corrente	9 590 337,51	96%	9 681 870,81	95%	7 890 376,32	91%
Despesa de Capital	3 161 465,94	40%	5 393 841,58	60%	5 493 576,35	76%
<b>Total Despesa</b>	<b>12 751 803,45</b>	<b>71%</b>	<b>15 075 712,39</b>	<b>79%</b>	<b>13 383 952,67</b>	<b>84%</b>
Plano Plurian. Investimentos	2 063 604,24	31%	3 739 863,65	52%	3 929 208,18	69%
Atividades Mais Relevantes	5 054 968,66	94%	7 862 127,61	96%	7 041 051,55	94%
<b>Grandes Opções Plano</b>	<b>7 118 572,90</b>	<b>59%</b>	<b>11 601 991,26</b>	<b>75%</b>	<b>10 970 259,73</b>	<b>83%</b>

\* SEM SALDO DE GERÊNCIA ANTERIOR

\*\* INCLUI OUTRAS RECEITAS

Salienta-se que globalmente, e desde 2008, registou-se crescimento muito marcado nos pagamentos, mais 1 422 mil euros, 3 367 mil euros, 2 129 mil euros e 2 508 mil euros, que em 2011, 2010, 2009 e 2008, respetivamente.

Este acréscimo de pagamentos face a períodos homólogos, adveio, a grosso modo, do aumento de receita arrecadada pela via das comparticipações das obras co-financiadas.

Não obstante, as dificuldades sentidas pelo Município em solver os seus compromissos têm sido muitas, pois sendo certo que as comparticipações acima mencionadas acrescem à receita arrecadada, é também verdade que implica pagamentos de montante superior ao seu recebimento (receita consignada), pois afigura-se exigível ainda a contrapartida em cerca de 20% dos cofres da autarquia.

Donde, ainda que contribuindo para o investimento municipal realizado, as restantes dificuldades de tesouraria existentes têm sido constantes, embora no ano em curso, foram notórias as melhorias no curto prazo, em grande parte, face à forte contenção implementada, tendo em vista a consolidação orçamental e financeira a médio prazo.

Naturalmente que o desequilíbrio entre receitas e necessidades de pagamento, provocou no decurso do ano de 2012, crescentes pressões de tesouraria. Todavia, e com a efetivação de Acordos de Pagamento de regularização de dívidas provenientes de anos anteriores a 2012, manifestou-se um aligeiramento das fortes pressões de tesouraria no final de 2012.

Nesta sequência, de modo conciso e sucinto, referem-se alguns indicadores de despesa, numa primeira perspetiva – na óptica da execução financeira (pagamentos) e numa segunda – na óptica económica (execução física - faturação):

- O serviço da dívida totalizou 1 204 mil euros, relativos a juros e amortizações, mostrando um crescimento da execução financeira, face a 2011, em cerca de 8,8% (71,9% em 2011);  
A taxa de execução física decresceu em 3,3%, quando em 2011 cresceu 76,1%
- A despesa de funcionamento, somente aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes realizadas pagas, cresceu 48,3%; A taxa de execução física obteve um decréscimo em 15,7%, menor despesa realizada e/ou adquirida em 783 mil euros, o que denota que os pagamentos em montante superior supriram dívida de anos transatos.
- A despesa de estrutura, designadamente pessoal, transferências correntes e serviço da dívida, decresceu 14%; A taxa de execução física obteve um decréscimo em 17,4%, menor despesa realizada em 1 milhão de euros.
- A despesa básica, designadamente pessoal, transferências correntes e de capital e serviço da dívida, decresceu 11,1%; A taxa de execução física obteve um decréscimo em 16,8%, menor despesa realizada em 1 067 mil euros
- A taxa de execução do PPI, apresentou um crescimento de 58,6%;
- A taxa de execução das AMR, apresentou um crescimento de 10%;
- A taxa de execução das GOP, apresentou um crescimento de 23%;
- A receita corrente cobrada no exercício de 2012, foi similar à de 2011;
- A receita de capital cobrada, apresentou uma taxa de crescimento de 54%;
- A receita total cobrada obteve uma taxa de crescimento de 14%;
- O saldo orçamental no final da gerência de 2012 fixou-se em € 7 360,50.



## Análise da Evolução da Execução Financeira (pago) da Despesa em Períodos Homólogos

Componente	2010	2011	2012	Variação 11/10	Variação 12/11
Despesa básica da autarquia	5 174 463,69	5 382 567,69	4 783 531,18	4,0%	-11,1%
Serviço da dívida da autarquia	643 830,73	1 106 873,89	1 204 269,44	71,9%	8,8%
Despesa de estrutura da autarquia	4 898 735,55	5 213 639,51	4 483 837,39	6,4%	-14,0%
Despesa funcionamento da autarquia	2 412 209,26	2 238 579,34	3 320 769,51	-7,2%	48,3%

## Análise da Evolução da Execução Física da Despesa em Períodos Homólogos

Componente	2008	2009	2010	2011	2012	Var. 09/08	Var. 10/09	Var. 11/10	Var. 12/11
Despesa básica da autarquia	4 877 821	5 288 019	5 891 252	6 363 535	5 296 784	8,4%	11,4%	8,0%	-16,8%
Serviço dívida autarq. e outros encargos	520 177	609 752	745 800	1 313 519	1 269 681	17,2%	22,3%	76,1%	-3,3%
Despesa de estrutura da autarquia	4 512 150	4 881 395	5 375 971	5 745 657	4 745 052	8,2%	10,1%	6,9%	-17,4%
Despesa funcionamento da autarquia	3 707 239	4 692 409	4 796 947	4 972 313	4 189 273	26,6%	2,2%	3,7%	-15,7%

## GRÁFICO - EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL

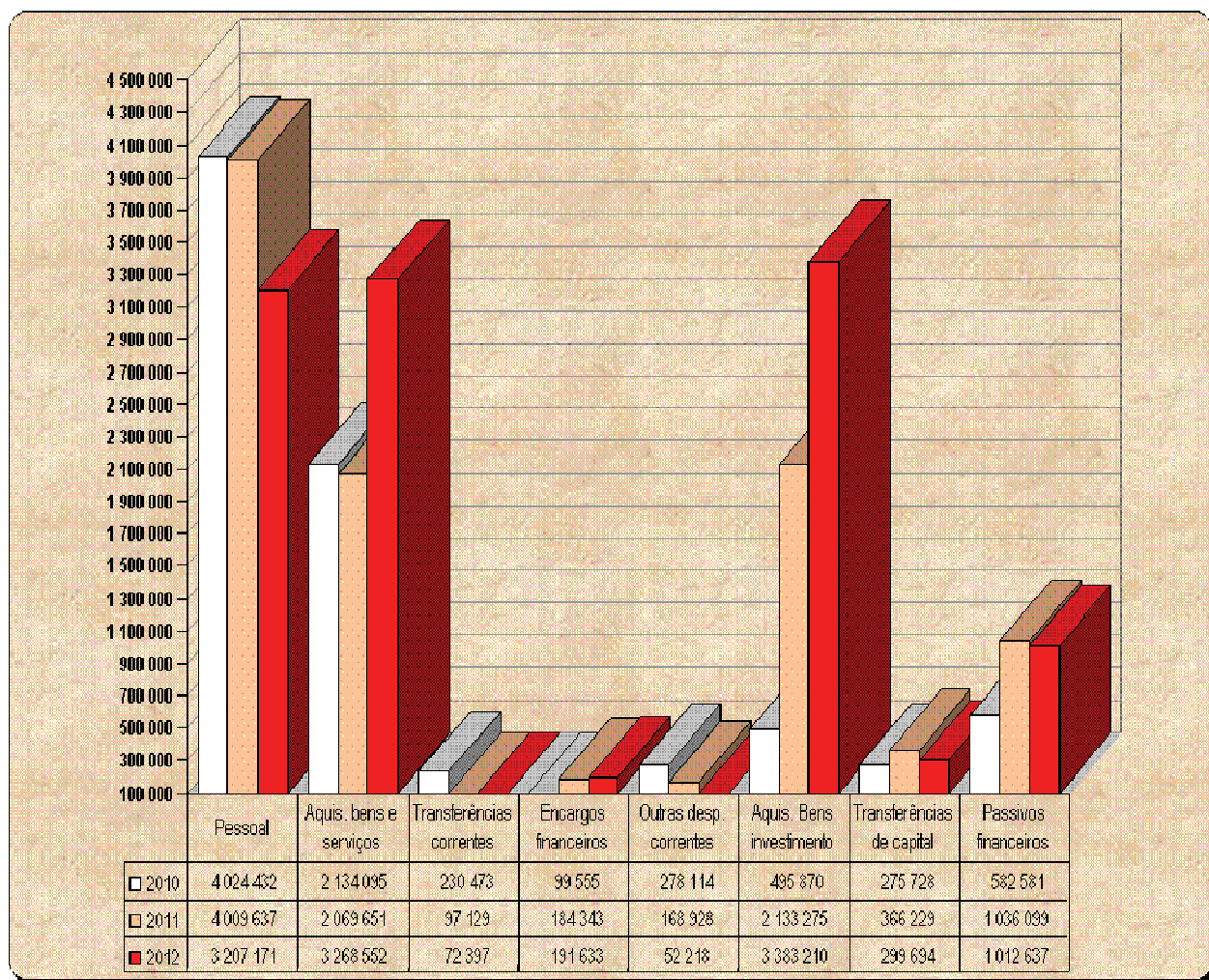


GRÁFICO - EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DA RECEITA TOTAL

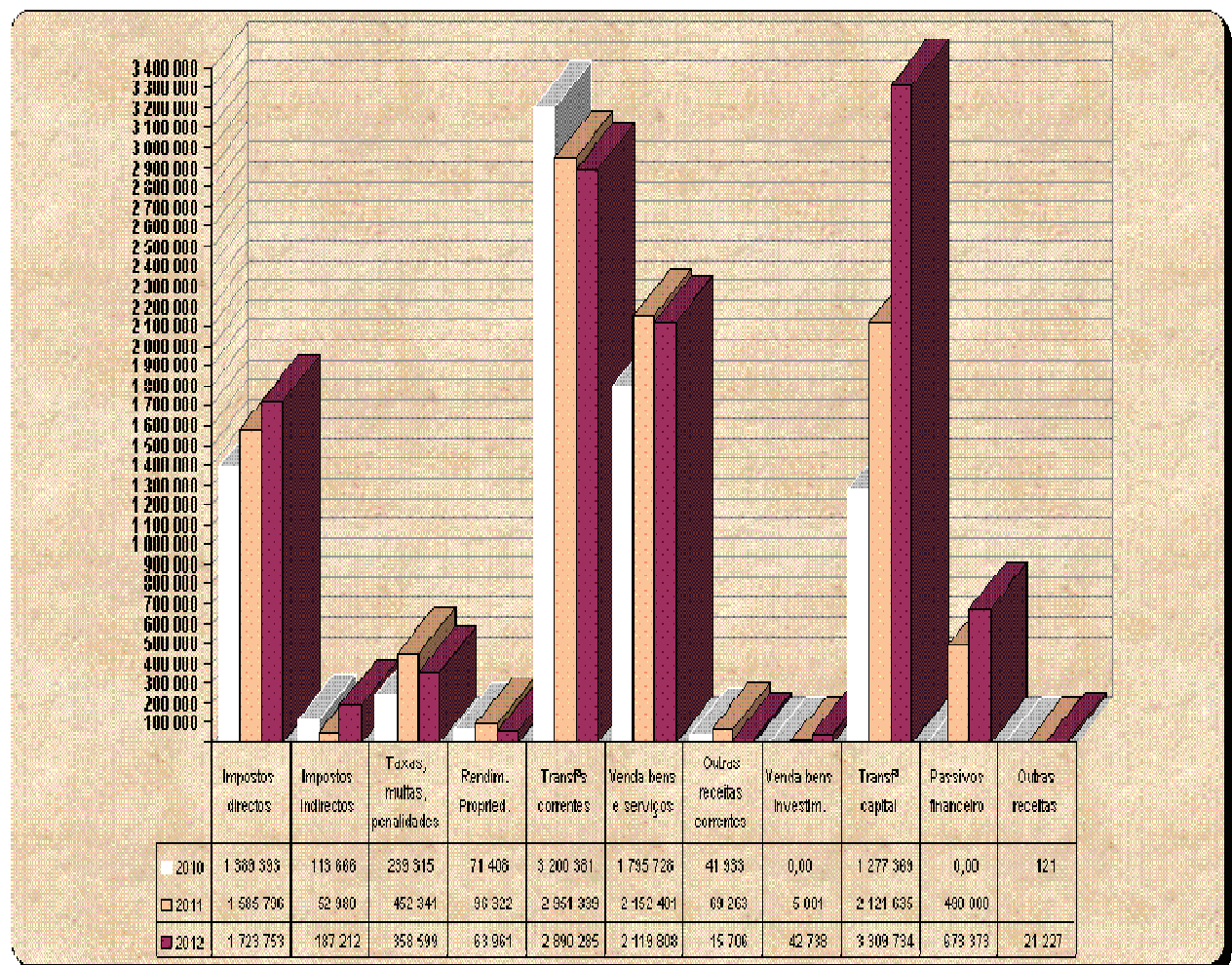
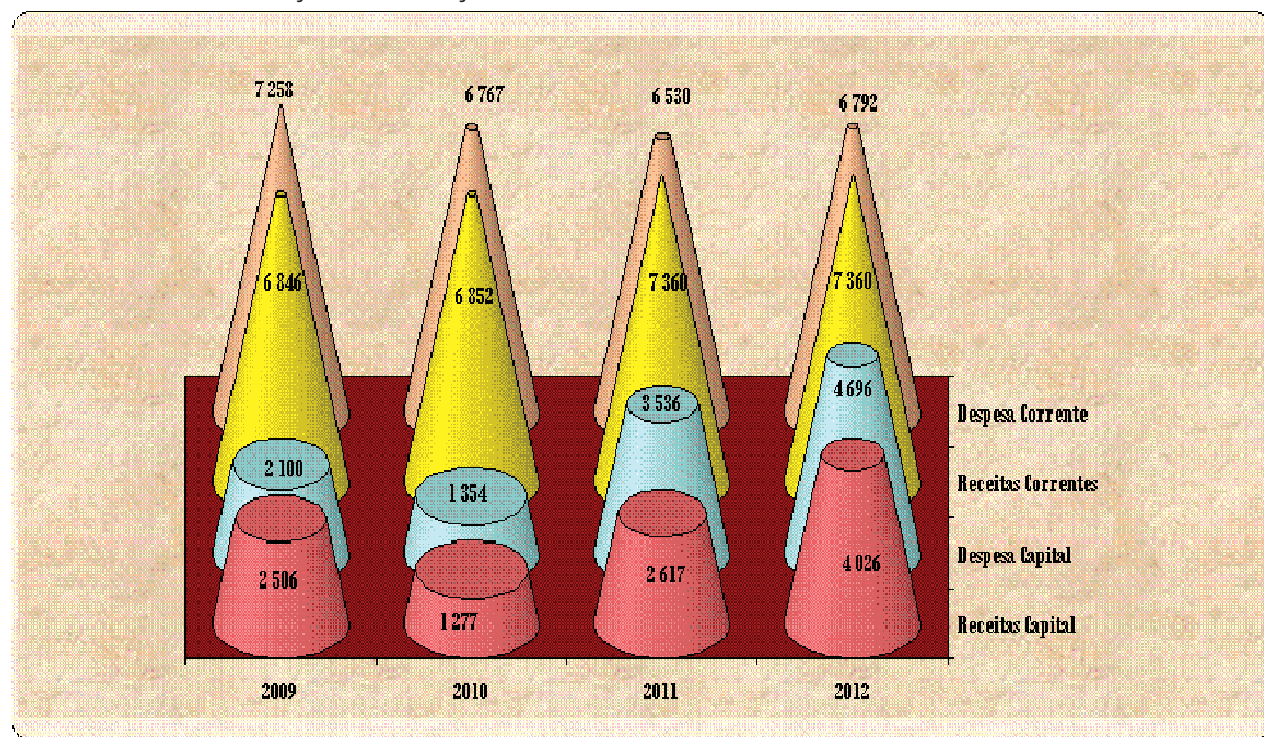


GRÁFICO - EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DA RECEITA E DESPESA TOTAL 2009-2012



### 3. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Enquanto a execução orçamental reflete a receita e a despesa de determinado exercício económico, o Balanço e a Demonstração de resultados espelham a atividade do Município a nível patrimonial, ou seja, demonstram os seus bens, direitos e obrigações, sintetizando os resultados alcançados pela Câmara Municipal de Bombarral em 31 de dezembro de 2012.

#### 3.1. Balanço

##### 3.1.1. ATIVO

O total dos bens e direitos do Município atingiu, no final de 2012 o valor de 50 842 mil euros, registando um acréscimo em 4% (cerca de mais 1 931 mil euros) face ao ano transato.

Tal facto atribui-se às imobilizações em curso, e à capitalização dos Fundos Próprios, decorrente do maior lucro registado desde 2007, inclusive.

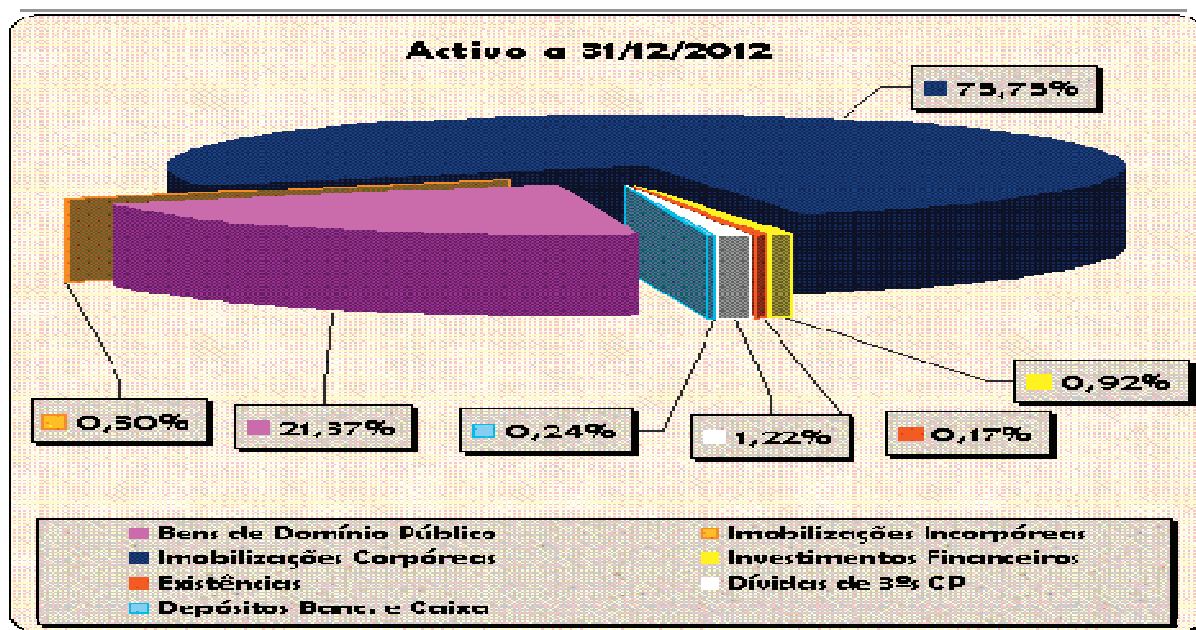
No ano em análise, é o Ativo Fixo que mais contribui para a formação do Ativo. Assim, em 2012, 98,3% corresponde a Ativo Fixo e 1,7 % a Ativo Circulante, apresentando ao longo do último triénio a seguinte composição:

Estrutura do Ativo	2010	2011	2012
Imobilizado Líquido	<b>47 092 789,43</b>	<b>48 291 161,22</b>	<b>49 997 393,13</b>
Bens domínio público	10 962 847,93	11 017 255,16	10 866 548,12
Imobilizações incorpóreas	152 396,67	152 396,67	152 396,67
Imobilizações corpóreas	35 462 749,33	36 654 183,89	38 511 122,84
Investimentos financeiros	514 795,50	467 325,50	467 325,50
Existências	144 800,90	95 004,11	88 522,22
Dívidas a receber	214 854,29	273 568,33	622 460,46
Disponibilidades	291 815,00	214 735,67	124 296,43
Acréscimos de proveitos	512,87	,00	540,23
Custos diferidos	40 851,56	35 814,57	8 339,70
<b>TOTAL</b>	<b>47 785 624,05</b>	<b>48 910 283,90</b>	<b>50 841 552,17</b>

Como se pode aferir do gráfico seguinte, que representa o Ativo de 2012, o Imobilizado corpóreo líquido reforçou a sua posição, decorrente do acréscimo das imobilizações em curso. Possui, assim, a maior parcela do ativo, 75,8%, e os bens de domínio público detêm 21,4%.

Assim, durante o exercício de 2012, ocorreram movimentos nas rubricas de imobilizações.

O imobilizado bruto do Município aumentou em cerca de 2,4 milhões de euros, pelo que, no final do ano as imobilizações em curso completam 9,6 milhões de euros.



Pese embora a morosidade e complexidade de identificação, inventariação e valorização de bens imóveis de anos transatos, obrigatoriedade decorrente do POCAL, no presente ano foi dada continuidade ao registo e actualizações dos bens imóveis urbanos e rústicos.

### 3.1.2. FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

Verifica-se que os Fundos Próprios integram, na sua maioria, o Património do Município, os resultados transitados e o resultado líquido do exercício.

Por definição, os resultados transitados acolhem os resultados líquidos de anos anteriores, assim como poderão registar regularizações não frequentes e de grande significado, afetando positiva ou negativamente o património, mas não o resultado líquido do exercício.

A aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo Órgão Deliberativo, mediante proposta do Órgão Executivo.

O **RESULTADO LÍQUIDO** de 2012 refletiu o maior resultado líquido positivo desde 2006, cessando o ano com um lucro de € 2 098 330,02, mais 572% que em 2011, resultado somente da redução dos custos operacionais em cerca de 1,6 milhões de euros, na medida em que os proveitos operacionais não contribuíram, antes pelo contrário.

No sentido da melhoria, já o ano de 2011, embora ainda com prejuízos, indiciava uma trajetória tendente à diminuição do desequilíbrio existente na equação proveitos versus custos.

O **PASSIVO EXIGÍVEL**, a 31 de dezembro de 2012 (curto prazo e médio e longo prazo) é de € 7 997 781,56 contra os € 9 675 365 de 2011, € 9 464 296 de 2010 e € 8 747 363 de 2009.

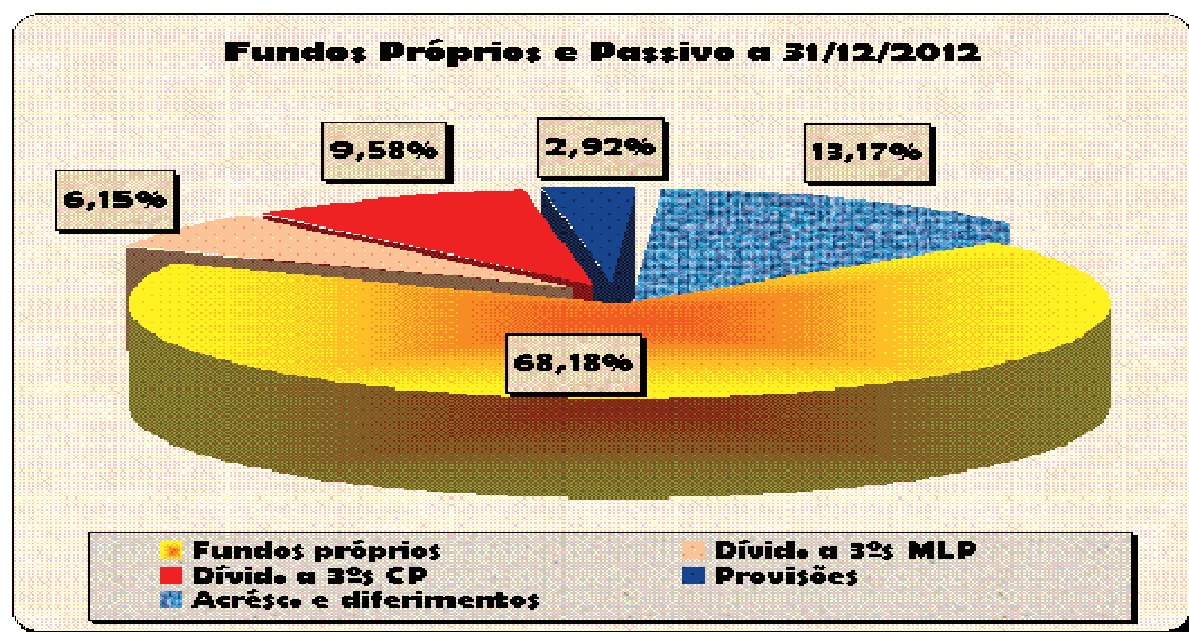
A dívida total diminuiu assim 1,7 milhões de euros face a 2011, 1,5 milhões face a 2010 e 750 mil euros face a 2009.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo (empréstimos) diminuíram a sua relevância no papel do passivo, a grosso modo, em menos 339 mil euros (- 9,8%), representando 6% do total do Ativo, tendo sido 7%, 8% e 9%, em 2011, 2010 e 2009, respetivamente.

As dívidas a terceiros de curto prazo, passivo de curto prazo, evidenciam o montante de € 4 872 806,73 contra € 6 210 986,66, € 5 453 818,74 e € 4 154 304,45 referentes a 2011, 2010 e 2009, menos 1,3 milhões, menos 581 mil e menos 719 mil euros, respetivamente.

Este considerável decréscimo na dívida total a curto prazo, face ao último triénio, é a resposta concreta perante a forte contenção da despesa verificada em 2012, sendo evidente, ante os resultados alcançados, e num só ano, que o Município, com os seus recursos próprios correspondeu positivamente às linhas orientadoras do Orçamento de Estado para 2012.

A dívida ainda existente de curto prazo compreende os fornecedores de conta corrente, fornecedores – faturas em receção e conferência, fornecedores de imobilizado, estado e outros entes públicos, administração autárquica e outros credores. Nesta medida, pese embora o esforço na resolução do maior montante possível, subsistem ainda valores que carecem da continuação na contenção orçamental, tendo em vista a efetiva consolidação orçamental, financeira e económica.



Os indicadores financeiros são um instrumento de apoio que possibilitam a utilização de grandes quantidades de informação de modo relativamente sintético, simples e objetivo, permitindo comparar o desempenho económico-financeiro ao longo do tempo. Assim, nos termos da análise do balanço e demonstração de resultados, destacam-se os indicadores económico - financeiros, que visam determinar a lógica seguida pelo Município na gestão da “coisa pública”, tendo em vista a saúde financeira do Município.

Indicadores Económico-Financeiros	2009	2010	2011	2012
<b>I - Estrutura e rentabilidade do Ativo</b>				
Resultado líquido/Ativo líquido Total	- 3%	- 2%	- 1%	+ 4%
Ativo Fixo/Ativo Total	99%	99%	99%	98%
Ativo Circulante/Ativo Total	1%	1%	1%	2%
<b>Estrutura do Passivo</b>				
Passivo CP/Passivo Exigível	47%	58%	64%	61%
Passivo MLP/Passivo Exigível	53%	42%	36%	39%
<b>2 - Análise do Activo Fixo</b>				
Ativo Fixo/Endividamento a médio e longo prazo	1029%	1174%	1394%	1600%
<b>3 - Análise do Passivo Exigível</b>				
- Coeficiente de Endividamento				
Passivo exigível/Fundos próprios	25%	28%	30%	23%
- Coeficiente de Endividamento a curto prazo				
Exigível a CP/Fundos próprios	12%	16%	19%	14%
- Coeficiente de Endividamento a longo prazo				
Exigível a médio e longo prazo/Fundos próprios	13%	12%	11%	9%
<b>4 - Endividamento</b>				
Dívidas a CPMLP/Fundos Pp+Passivo	20%	22%	23%	19%
<b>5 - Estrutura do Endividamento</b>				
Dívidas a Cprazo/Fundos Pp+Passivo	9%	12%	15%	11%
<b>6 - Líquidez Imediata</b>				
Disponibilidades/Passivo Circulante	7%	5%	3%	3%
<b>7 - Solvabilidade</b>				
Fundos próprios/Passivo Total	276%	257%	199%	214%
<b>8 - Autonomia Financeira</b>				
Fundos Próprios/Activo total	73%	72%	67%	68%

\* SEM ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em termos gerais, a regra de ouro da gestão financeira diz-nos que: “os capitais utilizados pela entidade no financiamento dos seus ativos devem ter uma maturidade (período em que estão ao dispor) igual ou superior à vida económica destes”.

A estrutura de capitais é extremamente vital para o equilíbrio financeiro. Assim, o equilíbrio financeiro estará mais assegurado quanto maior forem, os capitais próprios e menor o alheio, e deste último, melhor ainda se a sua natureza for de M/L prazo.



- Na estrutura e rentabilidade do ativo, verifica-se que a eficiência da utilização dos recursos patrimoniais bem como da relação entre custos e proveitos, face aos ativos afetos ao exercício, tem vindo a melhorar, patenteando-se em 2012 uma taxa de 4% decorrente do resultado positivo. Denota-se uma ligeira redução do peso do ativo fixo no total do ativo, pelo facto do ativo total ter crescido em cerca de 2 milhões de euros, assim como o ativo circulante ter aumentado o seu peso causado pelo aumento das dívidas de clientes, contribuintes e utentes e outros;
- Na estrutura e análise do passivo exigível, as dívidas a terceiros, tanto as de curto prazo como as de médio e longo prazo, mostram reduções importantes e bem menores que em períodos homólogos, sendo condizentes com o restante exposto no presente relatório;
- Os indicadores de endividamento e da estrutura do endividamento revelam que a dívida total efetivamente diminuiu em cerca de 4% face a 2011, evidenciando-se com a menor taxa do último quadriénio. No entanto, foi a dívida de curto prazo que mais diminuiu (27% face a 2011 e a de médio e longo prazo 10%, 1 338 mil euros e 340 mil euros, respetivamente);
- A solvabilidade indica a proporção relativa dos ativos financiados por capitais próprios versus financiados por capitais alheios. Quanto mais elevado for esse rácio maior a estabilidade financeira da entidade, na justa medida da utilização dos capitais próprios. Em 2012 evidencia-se o crescimento deste indicador e, sobretudo, a inversão da tendência decrescente desde 2009;
- A autonomia financeira analisa em que percentagem é que o ativo da entidade se encontra a ser financiado por capitais próprios. Fazendo a análise do quadriénio, verifica-se que o indicador tem vindo a decair, contudo em 2012 houve um ligeiro acréscimo, tal como na solvabilidade;
- Por fim, com o grau de liquidez pretende-se medir a capacidade que o Município tem de cumprir os seus compromissos de curto prazo à medida que estes se vão vencendo. A liquidez imediata que tem em consideração somente as disponibilidades, na justa medida em que as existências poderão não ser transformadas de imediato em dinheiro, bem como os devedores ao Município poderão não pagar de imediato, revela as dificuldades sentidas pelo Município no cumprimento dos prazos de pagamento.

Após o exposto, é de assinalar que os indicadores evidenciam uma estrutura financeira tendente ao equilíbrio, ao invés do agravamento patenteado nos anos anteriores.

## 3.3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A Demonstração de resultados é o espelho dos custos e proveitos da atividade municipal:

Demonstração de Resultados	2009	2010	2011	2012	Var. 2012/11
<b>Custos e Perdas</b>					
61.CMVMC	176 313,67	778 211,75	719 385,62	664 560,23	-8%
62.FSE	3 283 592,44	2 767 731,87	2 291 271,28	2 109 280,32	-8%
63. Transferências correntes concedidas	207 477,06	162 449,97	253 521,58	109 713,05	-57%
64. Custos com pessoal	4 241 408,98	4 162 058,09	3 710 240,61	3 196 043,54	-14%
66. Amortizações do exercício	797 820,86	786 822,26	837 785,27	722 566,88	-14%
67. Provisões do exercício	85 205,59	,00	597 836,52	28 259,00	-95%
65. Outros custos e perdas operacionais	2 312,79	1 255,86	7 283,08	5 273,24	-28%
68. Custos e perdas financeiras	159 360,60	100 378,67	146 429,28	106 657,78	-27%
69. Custos e perdas extraordinárias	484 064,44	521 452,75	635 580,88	466 736,54	-27%
<b>Total Custos e Perdas</b>	<b>9 437 556,43</b>	<b>9 280 361,22</b>	<b>9 199 334,12</b>	<b>7 409 090,58</b>	<b>-19%</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>					
71. Vendas e prestação de serviços	1 335 067,88	1 481 887,94	1 679 037,57	1 639 481,98	-2%
72. Impostos e taxas	1 731 335,13	1 753 837,29	2 022 127,25	2 231 989,08	10%
73. Proveitos suplementares	659 067,45	580 364,68	641 610,78	564 191,84	-12%
74. Transferências e subsídios obtidos	4 297 943,18	4 396 306,55	4 080 254,85	3 931 582,75	-4%
78. Proveitos e ganhos financeiros	4 084,50	1 513,92	25 307,05	95 138,83	276%
79. Proveitos e ganhos extraordinários	128 172,37	258 260,85	306 725,13	1 045 036,43	241%
<b>Total Proveitos e Ganhos</b>	<b>8 155 670,51</b>	<b>8 472 171,23</b>	<b>8 755 062,63</b>	<b>9 507 420,91</b>	<b>9%</b>
<b>88. Resultado Líquido Exercício</b>	<b>- 1 281 885,92</b>	<b>- 808 189,99</b>	<b>- 444 271,49</b>	<b>2 098 330,02</b>	

## 3.3.1. CUSTOS E PERDAS

As contas patrimoniais da classe 6 – Custos e Perdas refletem todos os custos e perdas que a autarquia suporta no decorrer da sua atividade, representando assim as diminuições da situação líquida e desdobram-se em custos operacionais (atividade corrente), custos financeiros (operações financeiras) e custos de natureza excepcional (extraordinárias).

Demonstração de Resultados	2009	2010	2011	2012	Var. 2012/11
<b>Custos e Perdas</b>					
A. Custos e perdas operacionais	8 794 131,39	8 658 529,80	8 417 323,96	6 835 696,26	-19%
C. Custos e perdas financeiras	159 360,60	100 378,67	146 429,28	106 657,78	-27%
E. Custos e perdas extraordinárias	484 064,44	521 452,75	635 580,88	466 736,54	-27%
<b>Total Custos e Perdas</b>	<b>9 437 556,43</b>	<b>9 280 361,22</b>	<b>9 199 334,12</b>	<b>7 409 090,58</b>	<b>-19%</b>

No que respeita ao exercício económico de 2012, todos os custos e perdas, importaram na quantia de 7,4 milhões de euros, os quais registaram um decréscimo acentuado face a período homólogo, mais concretamente 19%, cerca de 1 790 mil euros.

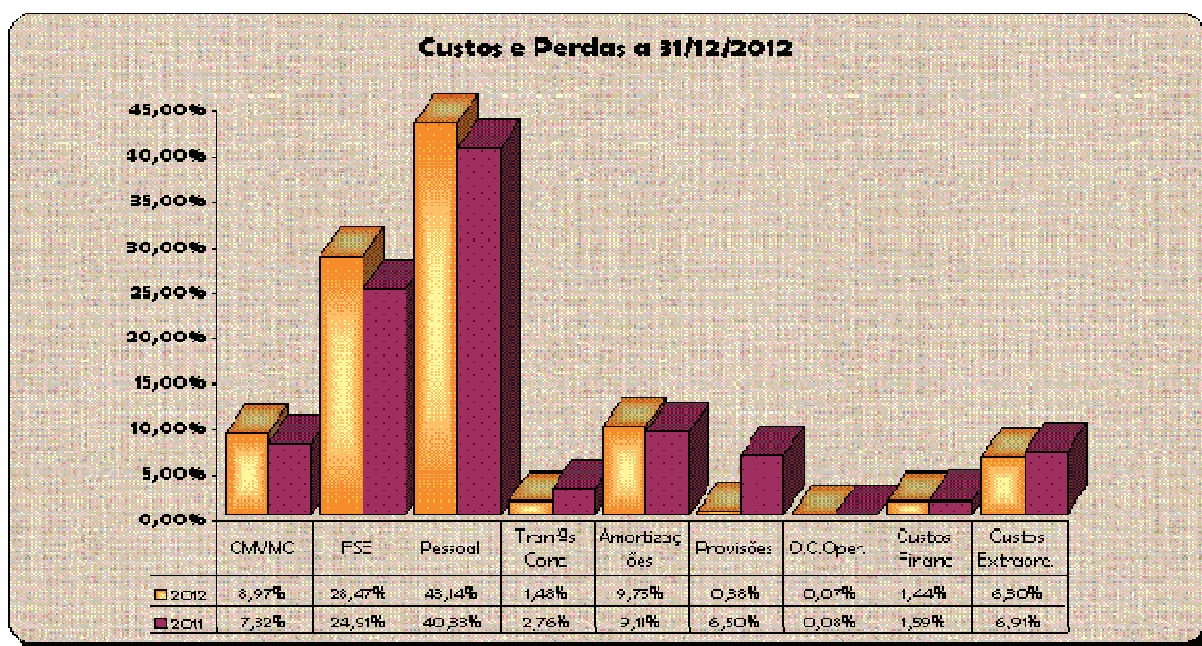
Em 2010 e 2011, os custos e perdas operacionais tinham decrescido 1% e 2%, sendo de destacar, no ano em análise, a redução dos custos operacionais em 19%, cerca de 1 582 mil euros.

Os custos e perdas operacionais, e porque decorrem da atividade operativa, assumem um peso preponderante na totalidade dos custos, pelo que uma redução da percentagem de 19% neste tipo de custos possui um impacto determinante face a outra mesma redução, por exemplo nos custos extraordinários e/ou financeiros, na justa medida que envolvem valores absolutos bem menores.

Ora, os custos financeiros e extraordinários perfazendo cerca de 573 mil euros e possuindo um peso na totalidade dos custos de 7,7%, tendo apresentado uma taxa negativa de 27%, correspondeu somente a uma redução de 209 mil euros, enquanto que os custos operacionais, com um peso no total dos custos em 92,3%, ao apresentar uma taxa negativa de 19% correspondeu à diminuição da quantia de 1,6 milhões de euros.

De entre os custos do exercício, menos 1 790 mil euros, dos que maior peso preponderante possuem na estrutura de custos, merecem especial destaque, e face a 2011, os seguintes e traduzidos graficamente:

- A rubrica com maior peso são os custos com o pessoal, com 43% na totalidade dos custos e perdas, evidenciou uma redução em 14%, cerca de menos 514 mil euros;
- Os fornecimentos e serviços externos, que representam 28% dos custos e perdas totais, apresentou menos 8%, 182 mil euros;
- Amortizações do Exercício, com peso de 10%, que embora não se traduzam em desembolsos, teve implicações nos custos, reduziu 14%;
- Custos e perdas extraordinárias (transferências de competências para as juntas de freguesia e protocolo para o quartel da Associação Humanitária dos Bombeiros do Bombarral) com uma representatividade no total dos custos e perdas, na ordem dos 6%.



## 3.3.2. PROVEITOS E GANHOS

Nas contas de proveitos registam-se todos os proveitos e ganhos que a entidade obtém na sua atividade, representando assim os aumentos da situação líquida.

<b>Demonstração de Resultados</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>Var. 2012/11</b>
<b><i>Proveitos e ganhos</i></b>					
B. Proveitos e ganhos operacionais	8 023 413,64	8 212 396,46	8 423 030,45	8 367 245,65	-1%
D. Proveitos e ganhos financeiros	4 084,50	1 513,92	25 307,05	95 138,83	276%
F. Proveitos e ganhos extraordinários	128 172,37	258 260,85	306 725,13	1 045 036,43	241%
<b><i>Total Proveitos e Ganhos</i></b>	<b>8 155 670,51</b>	<b>8 472 171,23</b>	<b>8 755 062,63</b>	<b>9 507 420,91</b>	<b>9%</b>

Os proveitos e ganhos do ano económico de 2012, importaram na quantia de 9,5 milhões de euros, mais 752 mil, 1 milhão e 1,4 milhões de euros que em 2011, 2010 e 2009, respetivamente.

Todavia, os proveitos e ganhos operacionais não obtiveram acréscimo face a 2011, na medida em que estes até decresceram em cerca de 56 mil euros, 0,7%. Certo é que, embora de impacto diminuto, em períodos homólogos, a mesma evidenciava registos de crescimento, na razão de 200 mil euros por ano.

Ainda que em termos percentuais tenham sido os proveitos e ganhos financeiros e extraordinários que evidenciaram um maior crescimento, certo é que o seu peso na totalidade dos proveitos e ganhos tem pouco significado.

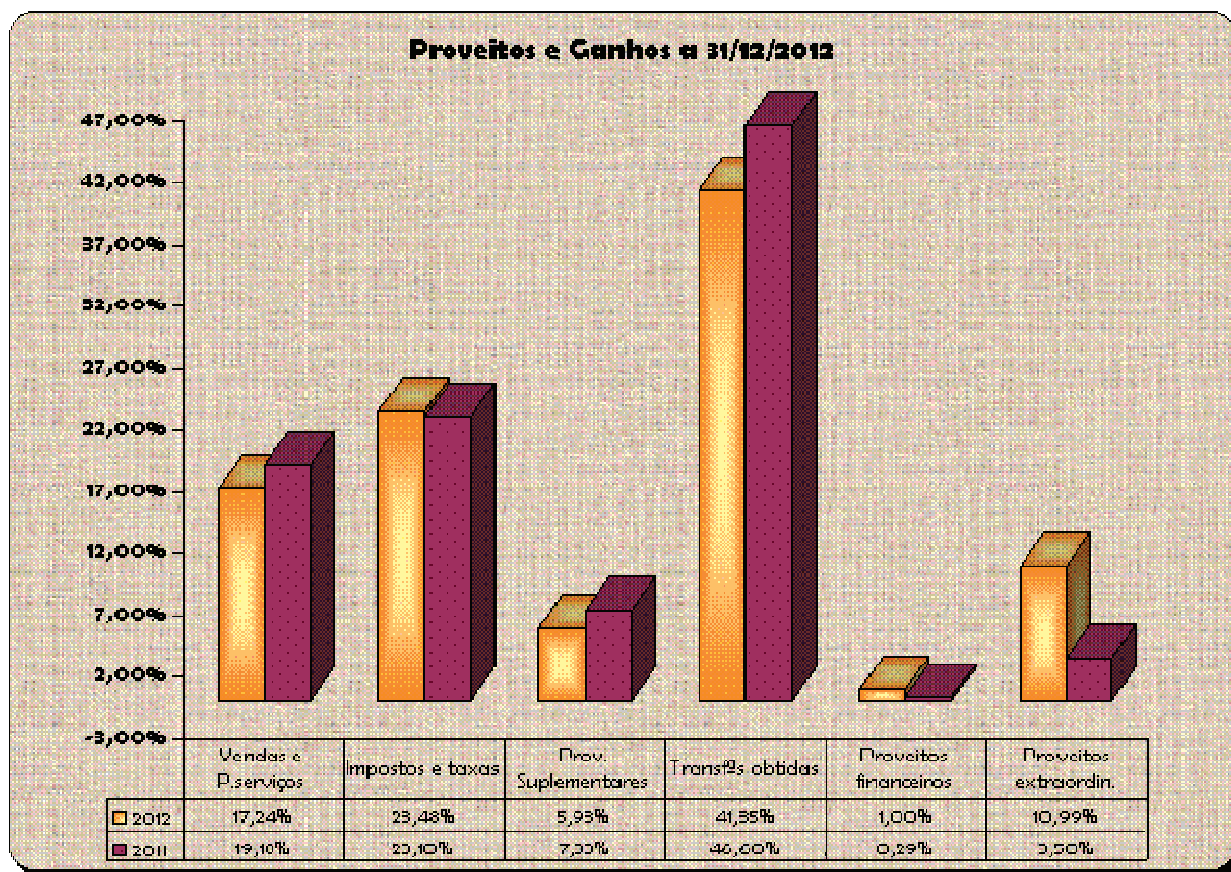
Aliás, no respeitante aos proveitos extraordinários, a maior fatia desta variação respeita aos subsídios ao investimento (comparticipações) associados com ativos, que são transferidos anualmente, numa base sistemática, para a conta Proveitos e Ganhos Extraordinários, à medida em que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.

Por conseguinte, e tal como as amortizações no lado dos custos, também estes montantes não traduzem entrada de disponibilidades nos cofres da autarquia, no ano em análise.

Ainda assim, a bem da verdade, foram os proveitos e ganhos extraordinários que mais contribuíram para a melhoria do desempenho, tendo sido importantes no aumento verificado em 752 mil euros, face a 2011.

Apresenta-se a variação face a 2011 e o gráfico onde se exhibe o peso de cada proveito e/ou ganho na totalidade dos proveitos e ganhos no exercício de 2012:

- “Vendas e Prestação de Serviços”, decresceram 40 mil euros (- 2%);
- “Impostos e Taxas”, cresceram 210 mil euros (+ 10%);
- “Proveitos Suplementares”, decresceram cerca de 77 mil euros (- 12%);
- “Transferências e subsídios obtidos”, decresceram 149 mil euros (-4%);
- “Proveitos e ganhos financeiros”, cresceram 70 mil euros (+ 276%);
- “Proveitos e ganhos extraordinários”, cresceram 738 mil euros (+ 241%).



### 3.3.3. RESULTADOS

O Município de Bombarral encerrou as contas do exercício económico de 2012 com um Resultado Líquido do Exercício positivo (lucro) de € 2 098 330,02.

Demonstração de Resultados	2009	2010	2011	2012
Resultados Operacionais	- 770 717,75	- 446 133,34	5 706,49	1 531 549,08
Resultados Financeiros	- 155 276,10	- 98 864,75	- 121 122,23	- 11 518,95
Resultados Correntes	- 925 993,85	- 544 998,09	- 115 415,74	1 520 030,13
Resultados Extraordinários	-355 892,07	-263 191,90	- 328 855,75	578 299,89
Resultado Líquido do Exercício	<b>- 1 281 885,92</b>	<b>- 808 189,99</b>	<b>- 444 271,49</b>	<b>2 098 330,02</b>

Este resultado foi produzido pelo comportamento muito favorável dos resultados operacionais, correntes e extraordinários, vindo somente o resultado financeiro prejudicar, ainda que de modo acanhado face a 2011, todos os restantes resultados patentes no quadro acima.

Todos estes resultados francamente positivos, nomeadamente o resultado operacional (atividade operacional da entidade) conduziram ao apuramento do Resultado Líquido positivo, sem precedentes desde 2006.

Assim, se é um facto que todas as rubricas que compõem os proveitos operacionais registaram uma quebra de 1% face a 2011, uma diferença para menos em 56 mil euros, certo é que os custos e perdas operacionais decresceram em 19%, uma diferença para menos 1,6 milhões de euros, produzindo um lucro de 2 098 mil euros, e evidenciando uma tendência positiva para o equilíbrio entre custos e proveitos.

Demonstra-se, assim, que os custos operacionais são inferiores aos proveitos operacionais, convergindo para o aumento do resultado operacional em 26 738,7% face a 2011, mais 1 526 mil euros, tendo sido somente a redução dos custos e perdas operacionais que contribuíram para o resultado líquido positivo, como também ainda supriram os 56 mil euros de redução dos proveitos e ganhos operacionais face ao ano transato, exibindo um ano único.

Os meios libertos operacionais, perante a redução do peso dos custos operacionais, cresceram em 841 mil euros, face a 2011, ostentando 2,3 milhões de euros de meios libertos (resultado operacional mais amortizações e provisões, na medida em que estas são custos, mas não implicam desembolsos).

Os meios libertos totais em 2012 foram positivos em 2 850 mil euros, (resultado líquido acrescido de amortizações e provisões) e cresceram em 1,9 milhões de euros face a 2011.



**3.4. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

De acordo com o ponto 8.2 do POCAL, seguem-se as notas e mapas que procuram explicitar os resultados do exercício económico de 2012.

8.2.1. *INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO POCAL QUE, EM CASOS EXCECIONAIS DEVIDAMENTE FUNDAMENTADOS, E SEM PREJUÍZO DO LEGALMENTE ESTABELECIDO, TENHAM SIDO DERROGADOS DOS RESPECTIVOS EFEITOS NO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, TENDO EM VISTA ESTES DAREM UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA DO ATIVO, DO PASSIVO E DOS RESULTADOS DA AUTARQUIA LOCAL.*

Em relação ao inventário, o serviço do património fez o levantamento dos prédios urbanos e rústicos exarados em escritura no cartório privativo do Município e outros, a fim de averiguar quais os restantes imóveis que ainda não estavam inscritos e/ou que careciam de atualizações, em sede de finanças e conservatória.

8.2.2. *CONTAS NÃO COMPARÁVEIS COM EXERCÍCIOS ANTERIORES DO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS*

Todas as contas constantes no Balanço e na Demonstração de Resultados são comparáveis com o exercício anterior.

8.2.3. *CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS NAS RUBRICAS DO BALANÇO*

Em todas as contas do Balanço e da Demonstração de resultados, o critério valorimétrico utilizado está em conformidade com os critérios de valorimetria do ponto 4 do POCAL, que dão clara relevância para a utilização do custo de aquisição ou de produção.

Para o cálculo das amortizações do imobilizado foi utilizado o método das quotas constantes.

No referente às imobilizações em curso, os bens em curso são considerados liquidados com informação do auto de receção definitiva, bem como a criação e valorização dos bens definitivos.

As existências foram valorizadas ao custo de aquisição. O método de custeio das saídas de armazém adotado foi o custo médio ponderado.

No referente a acréscimos e diferimentos, que se destina a permitir o registo dos custos e dos proveitos nos exercícios a que respeita, refere-se:

Conta 272 – Custos diferidos, compreende os custos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes. A quota-parte dos diferimentos incluídos nesta conta que for atribuída a cada exercício irá afetar diretamente a respetiva conta de custos, como exemplo temos a taxa de manutenção da aplicação informática AIRC existente no Município e os seguros.

Conta 273 – Acréscimo de custos – esta conta serve de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício ou exercícios posteriores.

Conta 2732 – remunerações a liquidar – compreende, entre outras, as remunerações (e respetivos encargos) devidas por motivos de férias, cujo processamento e pagamento ocorra no ano seguinte: Nesta conta, foram registados os valores correspondentes à estimativa de custos com o subsídio de férias, encargos com a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social por conta do Município, uma vez que o subsídio de férias e respetivos encargos são custos do exercício.

Conta 2745 – Subsídios para investimentos – Incluem-se nesta conta os subsídios associados com ativos, que deverão ser transferidos, numa base sistemática, para a conta 7983 – Proveitos e Ganhos Extraordinários – Transferências de Capital, à medida em que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitem. Foram contabilizados nesta conta, os subsídios recebidos nos últimos anos, no âmbito de todas as participações (receitas externas) obtidas.

#### 8.2.5. SITUAÇÕES EM QUE O RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FOI AFETADO

Não existem situações de afetação do resultado do exercício provocadas por valorimetrias, amortizações superiores às adequadas e provisões diferentes das constantes no POCAL.

#### 8.2.7. MAPA DO ATIVO BRUTO E MAPA DE AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Mapas em anexo.

#### 8.2.8. DESCRIÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO

Anexos.

#### 8.2.9. INDICAÇÃO DOS CUSTOS INCORRIDOS NO EXERCÍCIO RELATIVO A EMPRÉSTIMOS PARA FINANCIAR IMOBILIZAÇÕES.

Mapa dos empréstimos de 2012 em anexo.

Os custos incorridos no exercício, respeitantes a empréstimos obtidos, são os constantes no mapa anexo, elaborado de acordo com o ponto 8.3.6.1. do POCAL. Refere-se que o total de amortizações foi de € 1 012 776,35 e o total de juros suportados foi de € 73 696,58.

Em cumprimento do princípio da especialização do exercício, foi incluído custos a reconhecer no próprio exercício no montante de € 6 931,59, cuja despesa incorre no exercício seguinte.

## 8.2.13. RELAÇÃO DOS BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

Durante o exercício de 2012 não foram adquiridos bens em regime de locação financeira

## 8.2.14. INDICAÇÃO DOS BENS QUE NÃO FOI POSSÍVEL VALORIZAR

Conforme nota no quadro 8.2.1 reforça-se o facto de existirem bens que, por não terem a sua situação devidamente regularizada (registos em sede de Finanças e Conservatória do registo Predial), bem como outros em que as suas áreas e outros elementos relevantes poderão não estar devidamente atualizados.

## 8.2.16. DESIGNAÇÃO DE ENTIDADES PARTICIPADAS

DESIGNAÇÃO	SEDE	Participação %	Capital Próprio	Resultado Líquido 2011
<b>Entidades Societárias Participadas</b>				
Águas do Oeste	Óbidos	1,54%	23 556 942,80	395 800,67
TrevoOeste	Alcobaça	0,38%	1 336 085,00	- 71 266,69
<b>Entidades Não Societárias Participadas</b>				
Comunidade Intermunicipal do Oeste	Caldas da Rainha		3 124 543,29	- 729 352,14
Associação Nac. Municípios Portugueses	Coimbra		1 515 541,59	368 335,53

## 8.2.19. DIFERENÇAS MATERIALMENTE RELEVANTES – ATIVO CIRCULANTE

No exercício de 2012 os elementos do ativo circulante não foram objeto de critérios valorimétricos adaptados e distintos dos respetivos preços de mercado.

## 8.2.21. JUSTIFICAÇÃO DE PROVISÕES EXTRAORDINÁRIAS

No exercício de 2012, não houve criação de Provisões Extraordinárias

## 8.2.22. VALOR GLOBAL DAS DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA INCLUÍDAS EM CADA UMA DAS RUBRICAS DE DÍVIDAS DE TERCEIROS CONSTANTES DO BALANÇO

O valor global das dívidas de cobrança duvidosa é o constante da conta 218 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa (€ 120 579,68), e que respeita a dívidas referentes ao abastecimento de água, saneamento, resíduos sólidos, aluguer de contador e taxa de recursos hídricos. A correspondente provisão reforçada e/ou reduzida ascende à quantia de € 15 851,53, donde o diferencial de € 4 728,15 respeita a dívidas inferiores a 6 meses.

RUBRICA	CLIENTES, CONTRIB., E UTENTES DE COBRANÇA DUVIDOSA	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
<b>218101</b>	Abastecimento de Água	€ 64 129,58	€ 20 277,56	€ 3 988,80	€ 80 418,34
<b>218102</b>	Saneamento	€ 8 562,42	€ 2 675,50	€ 392,60	€ 10 845,32
<b>218103</b>	Resíduos Sólidos	€ 15 776,25	€ 5 591,15	€ 680,40	€ 20 687,00
<b>218104</b>	Aluguer de contador	€ 8 387,47	€ 0,00	€ 48,74	€ 8 338,73
<b>218105</b>	Tx. Recursos hídricos	€ 50,20	€ 240,09	€ 0,00	€ 290,29
	<b>TOTAL</b>	€ 96 905,92	€ 28 784,30	€ 5 110,54	€ 120 579,68

RUBRICA	PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
<b>291101</b>	Abastecimento de Água	€ 61 287,26	€ 20 308,69	€ 3 988,80	€ 77 607,15
<b>291102</b>	Saneamento	€ 8 163,87	€ 2 566,65	€ 392,60	€ 10 337,92
<b>291103</b>	Resíduos Sólidos	€ 14 839,37	€ 5 151,39	€ 680,40	€ 19 310,36
<b>291104</b>	Aluguer de contador	€ 8 387,47	€ 0,00	€ 48,74	€ 8 338,73
<b>291105</b>	Taxa Recursos hídricos	€ 25,10	€ 232,27	€ 0,00	€ 257,37
	<b>TOTAL</b>	€ 92 703,07	€ 28 259,00	€ 5 110,54	€ 115 851,53

## 8.2.26. MAPA DE CONTAS DE ORDEM

Anexo.

## 8.2.27. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES ACUMULADAS EXPLICITANDO OS MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO

Mapa em Anexo.

## 8.2.28. FUNDO PATRIMONIAL – EXPLICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DE MOVIMENTOS

Os movimentos ocorridos nas contas da Classe 5 “Fundo Patrimonial” são os seguintes:

RUBRICA	FUNDOS PRÓPRIOS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
<b>51</b>	Património	€ 26 624 131,86	€ 0,00	€ 0,00	€ 26 624 131,86
<b>57</b>	Reservas legais	€ 286 460,76	€ 0,00	€ 0,00	€ 286 460,76
<b>59</b>	Resultados transitados	€ 6 098 083,20	€ 0,00	€ 444 271,49	€ 5 653 811,71

## 8.2.29. MAPA DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS PRIMAS CONSUMIDAS

Anexo.

## 8.2.31. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Anexo.

## 8.2.32. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Anexo.

**4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Nos termos do ponto 2.7.3 do Decreto-Lei n 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), o resultado líquido do exercício pode ser repartido em Reforço do Património e/ou constituição de Reservas, sendo que nos termos do ponto 2.7.3.5 deve constituir-se o reforço anual da conta 571 – Reservas Legais, no mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

**O RESULTADO LÍQUIDO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2012 FOI € 2 098 330,02.**

***Nos termos do disposto no ponto 2.7.3. do POCAL, propõe-se:***

**1º - A SUA APROVAÇÃO;**

**2º - QUE O MESMO SEJA TRANSFERIDO PARA A CONTA 59 – RESULTADOS TRANSITADOS;**

**3º - QUE A CONTA 59 – RESULTADOS TRANSITADOS REFORCE AS RESERVAS LEGAIS NO MONTANTE DE € 104 916,50 (5% DO RESULTADO LÍQUIDO);**

**4º - QUE O SALDO DA CONTA 51 – PATRIMÓNIO, POR SER SUPERIOR AO LIMITE IMPOSTO PELO POCAL (20% DO ATIVO LÍQUIDO), NÃO SEJA OBJETO DE REFORÇO DADO QUE O INSCRITO NO BALANÇO JÁ PERFAZ 52,37%**

## 5. EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO

### 5.1. DÍVIDAS DE TERCEIROS

Dívidas de Terceiros Curto Prazo	2010	2011	2012
Clientes	100 449,58	130 715,39	185 253,64
Contribuintes	21 489,20	29 857,98	32 766,48
Utentes	33 054,30	36 223,75	38 443,28
Clientes, utentes cobrança duvidosa	3 596,02	4 202,85	4 728,15
Estado e outros entes públicos	14 683,88	5 987,05	,00
Outros devedores	41 581,31	66 581,31	361 268,91
<b>TOTAL</b>	<b>214 854,29</b>	<b>273 568,33</b>	<b>622 460,46</b>

A Câmara Municipal para a satisfação das necessidades dos munícipes fornece-lhes um conjunto de bens e serviços, mediante o pagamento de um determinado valor. Contudo, nem sempre esse pagamento é atempado, ou seja verifica-se o fornecimento do bem ou a prestação do serviço sem que se receba de imediato a correspondente contrapartida monetária. Nos outros devedores estão contempladas as remuneração (dividendos) e os juros da remuneração acionista das Águas do Oeste, que por decisão do Conselho de Administração ainda não foram distribuídos, bem como um protocolo com o Município de Óbidos, no referente à empreitada Casais de Areirinha desde 2001 e uma candidatura à Leader Oeste para o Festival do Vinho de 2011.

### 5.2. DÍVIDAS A TERCEIROS (EXCLUINDO BANCA)

Esta rubrica compreende a totalidade das dívidas a fornecedores e outros credores.

Tal como já evidenciado ao longo do relatório, a dívida total de curto prazo do Município, no ano em análise, registou uma descida acentuada, o que em termos absolutos implica menos 1 338 mil euros, menos 22%, contrariando o constante aumento da dívida de curto prazo. Tal situação com impactos muito relevantes no prazo médio de pagamentos, permitiu aliviar a pressão existente na tesouraria.

Dívida a Terceiros Curto Prazo	2009	2010	2011	2012	Var. % (09/2010)	Var. % (10/2011)	Var. % (11/2012)
<b>Total</b>	<b>4 159 304,45</b>	<b>5 453 818,74</b>	<b>6 210 986,66</b>	<b>4 872 806,73</b>	<b>31,1%</b>	<b>13,8%</b>	<b>-21,6%</b>



## 5.3. DÍVIDAS COM EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Dívida Inst. Crédito	2009	2010	2011	2012	Variação % (2009/2010)	Variação % (2010/2011)	Variação % (2011/2012)
Total	4 593 058,16	4 010 477,56	3 464 378,28	3 124 974,83	-12,7%	-13,6%	-9,8%

O comportamento nas dívidas de médio e longo prazo é similar à registada nas de curto prazo, ou seja, é demonstrado o esforço na solvência do serviço da dívida. Esta redução de amortização do capital alheio de médio e longo prazo, prende-se com os empréstimos ao abrigo de empreitadas co-financiadas e o empréstimo contraído em 2009 para pagamento a fornecedores de curto prazo.

## 5.4. LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

Os limites de endividamento a 31 de dezembro de 2012 apurados de acordo com a LFL, exarados no seu n.º 1 do artigo n.º 37, têm como base de cálculo o somatório das receitas provenientes dos impostos municipais, derrama e participação nos lucros de entidades do sector empresarial local e participações do Município no FEF e IRS, relativos ao ano anterior.

## Receitas para os limites de endividamento municipal a 31 de Dezembro de 2012

Designação	Montante (Euros)	Observações
<b>Impostos Municipais</b>		
IMI 2012	1 133 671	Receitas
IMT 2012	204 932	Arrecadadas
IUC 2012	244 023	em 2012
CA 2012	1 674	Por conta de
Sisa 2012	74 971	Impostos
Derrama 2012	64 481	Municipais
* Total Impostos Municipais	1 723 753	Soma (1) a (6)
* Fundos Municipais (FEF e IRS) OE/2012	3 545 956	+FM OE/2012
Total receita a considerar para efeitos de cálculo dos limites de endividamento	<b>5 269 709</b>	
<b>Limite ao endividamento de curto prazo</b>	526 971	
<b>Limite ao endividamento de médio e longo prazo</b>	5 269 709	
<b>Limite ao endividamento líquido</b>	<b>6 587 136</b>	

## Situação face aos limites de endividamento municipal a 31 de dezembro de 2012

Designação	Montante (Euros)
Capital em dívida de M/Lg. Prazo	3 124 975
Total endividamento Líquido	6 629 728
Contrib AM, SM e SEL para o endividamento bancário de MLg. Prazo	22 475
Contribuição AM, SM e SEL para o endividamento líquido	- 151 141
Contribuição AM, SM e SEL para empréstimos bancários	- 14 100
Capital em dívida de empréstimos M/Lg Prazo excecionados dos limites endividamento	1 931 901
Capital em dívida de M/Lg. Prazo a considerar	1 215 549
<b>Endividamento Líquido a considerar</b>	<b>4 546 685</b>

Designação	Excesso/Margem	Montante (Euros)
Endividamento de curto prazo	Margem	<b>526 971</b>
Endividamento de médio e longo prazo	Margem	<b>4 054 160</b>
Endividamento líquido	Margem	<b>2 040 451</b>

Nos termos do n.º 1 do Artigo 39.º da Lei das Finanças Locais, o montante dos contratos de empréstimos a curto prazo não poderá exceder, em qualquer momento do ano de 2012, 10% daquelas receitas, ou seja € 526 971. No que respeita aos empréstimos de médio e longo prazos, o n.º 2 do Artigo 39º da citada Lei determina que, o montante de dívida do município para o ano de 2012 não poderá exceder o valor daquelas receitas, ou seja a quantia de € 5 269 709.

Assim, o Município dispõe, à data de 31 de dezembro de 2012, uma capacidade de endividamento de m/l prazo de 4 milhões de euros, e uma capacidade de endividamento de curto prazo de € 526 971, na medida em que foi amortizado o empréstimo de curto prazo contraído em 2012.

No que concerne ao endividamento líquido, o Município em 31 de dezembro de 2012, nos termos do n.º 1 do art. 37.º da LFL, não pode exceder 125% das receitas apuradas anteriormente, ou seja, 6 587 mil euros, pelo que apura-se uma margem de endividamento líquido em 2 milhões de euros.

Não obstante o referido acima, os limites do endividamento líquido previstos no Orçamento de Estado para 2013, Lei n.º 66-B/2012, de 31/12, surgem, no seu artigo 98.º, modificados, ou seja: “o limite do endividamento líquido para 2013, ..., corresponde ao menor dos seguintes valores:

- a) Limite de endividamento líquido de 2012;
- b) Limite resultante do disposto no n.º 1 do art. 37.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01,....”

POSTO O ACIMA, É DE DESTACAR AS SEGUINTE IMPOSIÇÕES PELA LOE 2013:

- 1º)** Que durante o ano económico de 2013, o limite do endividamento líquido é o atingido pelo Município em 2012, pois é bem menor do que o apurado pela Lei das finanças locais, isto é a quantia de 4,5 milhões em vez de 6,6 milhões;
- 2º)** Que para 2013, embora o Município disponha de uma margem para empréstimos de ML, no montante de 4 milhões de euros, encontra-se sujeito à capacidade de rateio, conforme disposto no art. 98.º da LOE para 2013;
- 3º)** Que para 2013, o Município possui margem para contração de empréstimos curto prazo, no montante de 527 mil euros, ainda que só tenha contratado, em janeiro, 400 mil euros;

## 6. RÁCIOS

Os indicadores/rácios de gestão e de atividade revestem-se de extrema importância para uma gestão mais racional das autarquias locais, pois constituem um instrumento de apoio aos gestores e consubstanciam-se em coeficientes, cujos valores representam uma via de análise sintética das diversas áreas e atividades, permitindo a avaliação das estratégias e o controlo da gestão.

Para melhor análise da situação financeira do Município de Bombarral, apresentam-se alguns indicadores económicos e financeiros<sup>4</sup> que possibilitam determinar a tendência.

### 6.1. INDICADORES DE GESTÃO

#### 6.1.1. Grau de execução do plano plurianual de investimentos

Rácios	2009	2010	2011	2012
Montante previsto	7 347 287,00	6 740 547,00	7 255 151,00	5 702 380,00
Montante executado	1 473 827,97	495 869,91	2 133 274,83	3 383 209,82
<b>Grau de execução</b>	<b>20,06%</b>	<b>7,36%</b>	<b>29,40%</b>	<b>59,33%</b>

#### 6.1.2. Grau de execução das atividades mais relevantes

Rácios	2009	2010	2011	2012
Montante previsto	4 785 822,00	5 405 297,00	8 148 024,00	7 455 708,00
Montante executado	3 703 588,06	4 219 207,56	5 497 872,67	6 029 681,51
<b>Grau de execução</b>	<b>77,39%</b>	<b>78,06%</b>	<b>67,47%</b>	<b>80,86%</b>

#### 6.1.3. Grau de execução das grandes opções do plano

Rácios	2009	2010	2011	2012
Montante previsto	12 138 109,00	12 145 844,00	15 403 175,00	13 158 088,00
Montante executado	5 177 416,03	4 715 077,47	7 631 147,50	9 411 891,33
<b>Grau de execução</b>	<b>42,65%</b>	<b>38,82%</b>	<b>49,54%</b>	<b>71,53%</b>

<sup>4</sup> Receita cobrada bruta e sem saldo de gerência anterior; Despesa realizada (faturação) e despesa executada (pagamentos).

## 6.2. RÁCIOS – INDICADORES PARA ANÁLISE DA CONTABILIDADE ORÇAMENTAL

### 6.2.1. RÁCIOS DE COBERTURA GLOBAL DA DESPESA TOTAL

#### 6.2.1.1. COBERTURA GLOBAL DAS DESPESAS REALIZADAS

<b><u>Rácios</u></b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Receita total	9 353 677,71	8 129 313,18	9 977 078,15	11 406 447,44
Despesa Total	12 659 177,56	12 751 803,45	15 075 712,39	13 383 952,67
<b>Grau de cobertura</b>	73,89%	63,75%	66,18%	85,22%

Este rácio mede a capacidade das receitas cobradas totais cobrirem as despesas totais realizadas. O ano de 2012 registou uma melhoria significativa face a anos anteriores, embora seja insuficiente para cobrir a totalidade da despesa, em 15%.

#### 6.2.1.1.1. Grau de cobertura global das despesas realizadas sem recurso ao crédito

<b><u>Rácios</u></b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Receita total - Passivos financeiros	8 034 331,15	8 129 313,18	9 487 036,45	10 733 074,54
Despesa Total	12 659 177,56	12 751 803,45	15 075 712,39	13 383 952,67
<b>Grau de cobertura</b>	63,47%	63,75%	62,93%	80,19%

Este rácio mede o grau de cobertura das despesas totais realizadas pelas receitas cobradas da Autarquia que não são provenientes de empréstimos de terceiros. Evidencia-se, em 2012, uma melhoria do indicador, embora, aquém em 20%

#### 6.2.1.1.2. Cobertura das despesas realizadas por receitas sem recurso ao crédito ou financiamento

<b><u>Rácios</u></b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Receita Interna	3 839 699,27	4 202 004,18	5 756 134,15	7 188 618,54
Despesa Total	12 659 177,56	12 751 803,45	15 075 712,39	13 383 952,67
<b>Grau de cobertura</b>	30,33%	32,95%	38,18%	53,71%

Este rácio mede o grau de cobertura das despesas totais realizadas pela receita da Autarquia excluída dos empréstimos de terceiros e das transferências dos fundos municipais correntes e de capital.

Evidencia-se um dinamismo crescente das receitas próprias, com enfoque em 2012.

## 6.2.2. RÁCIOS DE ESTRUTURA DA DESPESA

### 6.2.2.1. RÁCIOS DA DESPESA REALIZADA

<b><u>Rátios</u></b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Pessoal/Despesas correntes	43,80%	44,91%	42,30%	41,69%
Aquisição bens e serviços/Despesa corrente	45,74%	46,33%	48,99%	52,48%
Serviço da dívida empréstimos/Despesa total	4,07%	5,05%	7,34%	8,12%
Investimentos/Despesa total	21,16%	16,18%	23,26%	29,36%
Despesas correntes/Despesas totais	72,58%	75,21%	64,22%	58,95%
Despesa de capital/Despesa total	27,42%	24,79%	35,78%	41,05%
Compromisso assumidos/receitas totais	156,74%	185,28%	166,20%	120,49%

### EVOLUÇÃO DA DESPESA REALIZADA NO ÚLTIMO QUADRIÉNIO

Decorrente dos indicadores acima elaborados, patenteia-se uma redução do peso dos custos com o pessoal nas despesas correntes, o menor do último quadriénio, pese embora a aquisição de bens e serviços externos demonstrem peso crescente, o mais elevado do último quadriénio.

Todavia, a redução das outras despesas correntes e a par dos custos com o pessoal, concorreram para a redução do indicador despesas correntes versus despesas totais, com 58,95%.

O indicador do investimento surge com evolução modesta, mas positiva, o que conduz à mesma variação do indicador despesas de capital versus despesa total.

Os compromissos versus receitas totais em 2012 (variáveis intervenientes no apuramento dos Fundos Disponíveis), denota uma inversão ligeira do sentido negativo e agravado em 2010, na medida em que evidenciou em 2010 compromissos assumidos em mais 85% do que as receitas cobradas, quando em 2012 foi de 20,5% superior às receitas cobradas.

Contudo, quaisquer compromissos assumidos em montante superior à receita cobrada provocam um ónus evidente no prazo médio de pagamentos.

No entanto, é de notar que em 2012 foram ainda pagas dívidas de anos anteriores, comprometendo o endividamento da Autarquia, mas, ainda assim, este indicador registou uma melhoria, sendo o menor do último quadriénio.

## 6.2.2.2. RÁCIOS DA DESPESA – GRAU COBERTURA DE COMPONENTES DA DESPESA REALIZADA

<b>Rátios</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Despesa pessoal/Fundos municipais correntes	148,62%	157,26%	157,41%	132,29%
Investimentos/Fundos municipais capital	227,08%	173,64%	331,28%	371,33%
Investimento/Receita total	27,56%	24,45%	35,99%	32,26%
Despesa pessoal/Receitas correntes	56,45%	60,48%	52,96%	40,42%

As transferências municipais do Estado compõem-se em transferências correntes e transferências de capital. As transferências de capital têm o intento de suportar as despesas de capital do Município.

As transferências correntes têm subjacente o financiamento de todas as despesas de natureza corrente do Município, isto é, despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços, juros e outros encargos, transferências correntes (apoios a entidades) e outras despesas correntes de natureza residual, correntemente designadas de despesas de funcionamento normal da autarquia.

Contudo, embora as despesas com o pessoal terem vindo a reduzir o seu peso, ainda assim superam os fundos municipais correntes em 32,3% (ver indicador despesas com pessoal versus fundo municipais correntes).

Donde, podendo ser economicamente alavancadas as restantes despesas correntes, justificadas e suportadas financeiramente, com os impostos e outras receitas municipais, não deveriam ainda, estes últimos, comportar os 32,3% das despesas com pessoal, acima mencionados, e não suportados pelas transferências correntes, provenientes do Estado.

No que toca ao investimento, este tem sido realizado de modo crescente, pese embora a perda de representatividade nas receitas municipais das transferências de capital provenientes do Orçamento de Estado.

## 6.2.3. RÁCIOS DA DESPESA REALIZADA – INDICADORES DE EFICÁCIA E EFICIÊNCIA

Rátios	2009	2010	2011	2012
Autofinanciamento do Investimento (€)	2 673 799,91	1 996 294,48	2 747 144,41	1 701 871,49
Investimento/População residente (€)	201	155	283	298
Investimento/Área do Município (€)	29 515	22 737	41 206	43 292
Dívida total/População residente	656,51	710,32	733,37	606,21

A dívida total por habitante, tendo o seu pico em 2011, diminuiu cerca de 127 euros em 2012. O indicador autofinanciamento dá-nos a conhecer os montantes suportados pelo Município em investimento, sendo os restantes montantes, até à concorrência dos totais realizados, suportados por transferências comunitárias.

## 6.2.4. RÁCIOS DA ESTRUTURA DA RECEITA

	2009	2010	2011	2012
Receita interna/Receita total	42,79%	51,69%	57,69%	63,02%
Impostos directos/Receitas correntes	20,95%	20,28%	21,54%	23,42%
Receitas fiscais/Receitas correntes	25,44%	25,43%	28,41%	30,84%
Transferências correntes/Receitas correntes	45,91%	46,71%	40,10%	39,27%
Transferências de capital/Receita capital	47,36%	100,00%	81,08%	82,21%
Receitas correntes/Receita total	73,19%	84,29%	73,77%	64,52%
Receitas de capital/Receita total	26,79%	15,71%	26,23%	35,29%
Passivos Financeiros/Receita total	14,11%	0,00%	4,91%	5,90%
Fundos comunitários/Receita total	0,05%	0,83%	9,95%	19,53%

Por fim, estes indicadores comprovam que, no que concerne aos indicadores referentes à receita própria Interna, impostos directos ou receitas fiscais, versus receita total ou receita corrente em 2012, evidenciam a manutenção da cobrança de receita, e até crescimento face a anos transatos.

Os fundos comunitários assumiram uma preponderância fundamental no cômputo da receita e propícia à boa execução financeira do investimento, pelo que até a receita corrente reduziu a sua representatividade face à totalidade da receita.



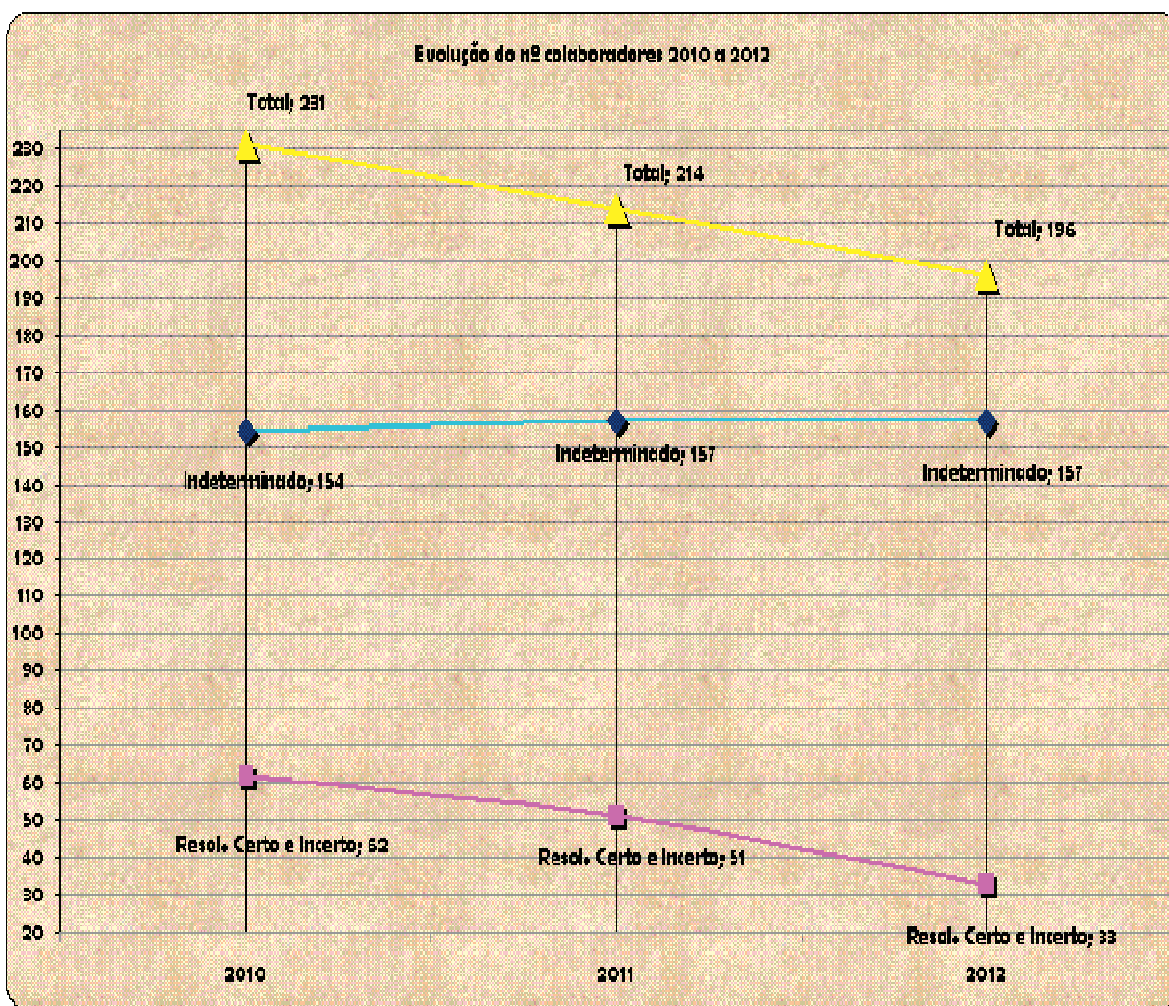
## 7. RECURSOS HUMANOS

### 7.1. ESTRUTURA

#### 7.1.1. QUADRO DE PESSOAL

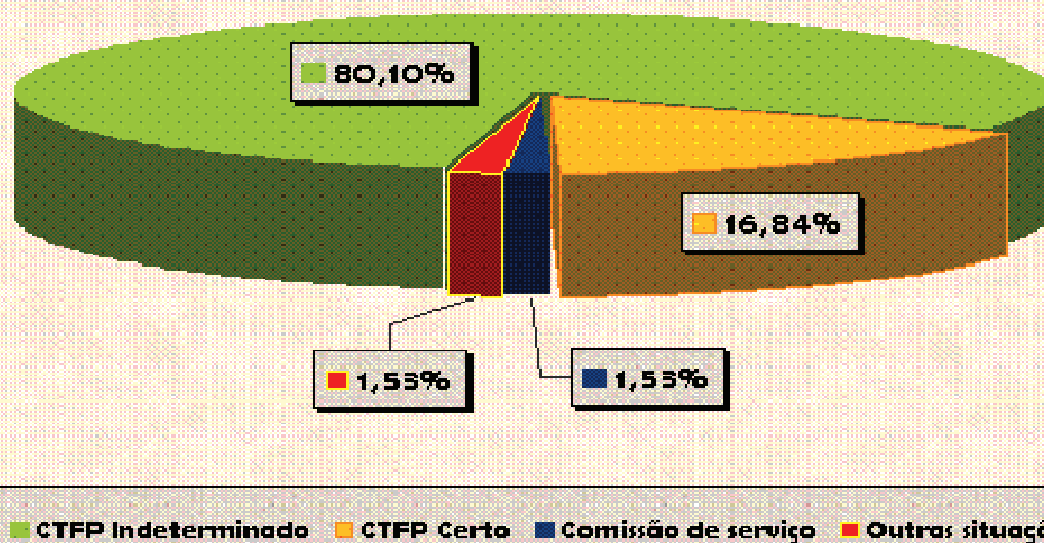
No final de 2012, o total de colaboradores que fazem parte do Mapa de Pessoal<sup>5</sup>, era de 196, sendo a distribuição de acordo com o seguinte quadro:

<b>MAPA DE PESSOAL – RELAÇÃO JURÍDICA EMPREGO</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
PESSOAL EM CONTRATO TRABALHO TEMPO INDETERMINADO	154	157	157
CONTRATO TRABALHO TEMPO DETERMINADO	62	51	33
COMISSÃO DE SERVIÇO	4	4	3
OUTRAS SITUAÇÕES	11	2	3
	<b>231</b>	<b>214</b>	<b>196</b>

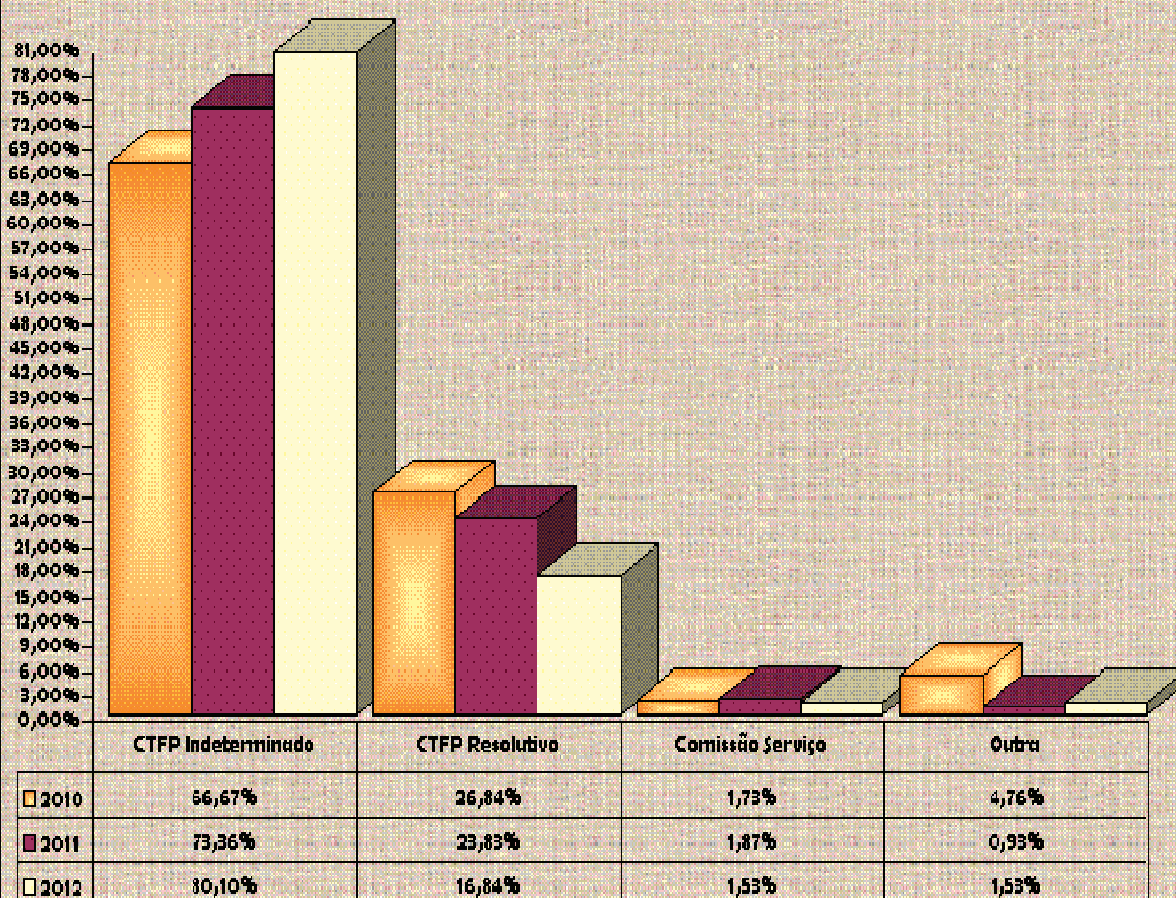


<sup>5</sup> Para efeitos do Balanço social (pessoal ao serviço), o pessoal ao serviço em 2012 foi de 193 colaboradores. Contudo fazem parte do mapa de pessoal 196 colaboradores. Dois colaboradores estiveram ausentes mais de 6 meses e o terceiro colaborador encontra-se em mobilidade.

### Tipo Relação Jurídica Emprego



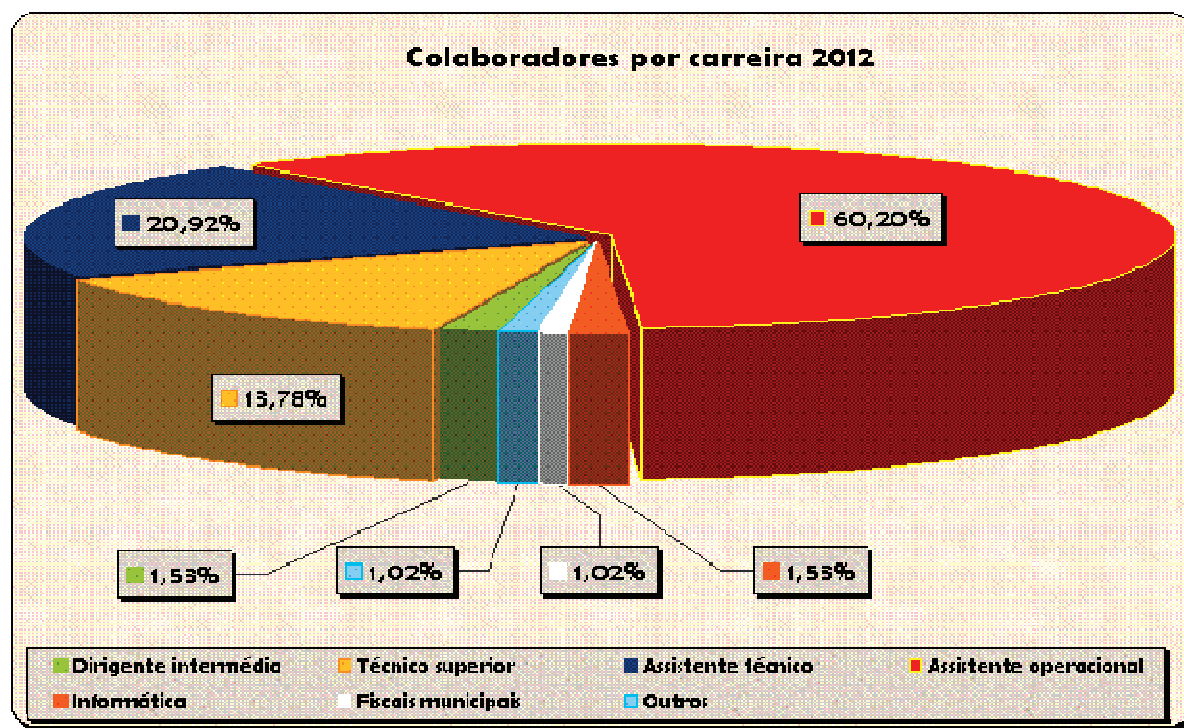
### Evolução dos Colaboradores segundo relação jurídica de emprego



## 7.1.2. COLABORADORES POR CARREIRA

## 7.1.2.1. ANO DE 2012

CATEGORIA	CTFP TEMPO INDETERMINADO	CTFP TERMO RESOLUTIVO CERTO/INCERTO	OUTRAS SITUAÇÕES <sup>6</sup>	COMISSÃO DE SERVIÇO	TOTAL
DIRIGENTE INTERMÉDIO	0	0	0	3	3
TÉCNICO SUPERIOR	15	11	1	0	27
ASSISTENTE TÉCNICO	41	0	0	0	41
ASSISTENTE OPERACIONAL	96	22	0	0	118
INFORMÁTICA	3	0	0	0	3
FISCAIS MUNICIPAIS	2	0	0	0	2
OUTROS	0	0	2	0	2
<b>TOTAL</b>	<b>157</b>	<b>33</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>196</b>

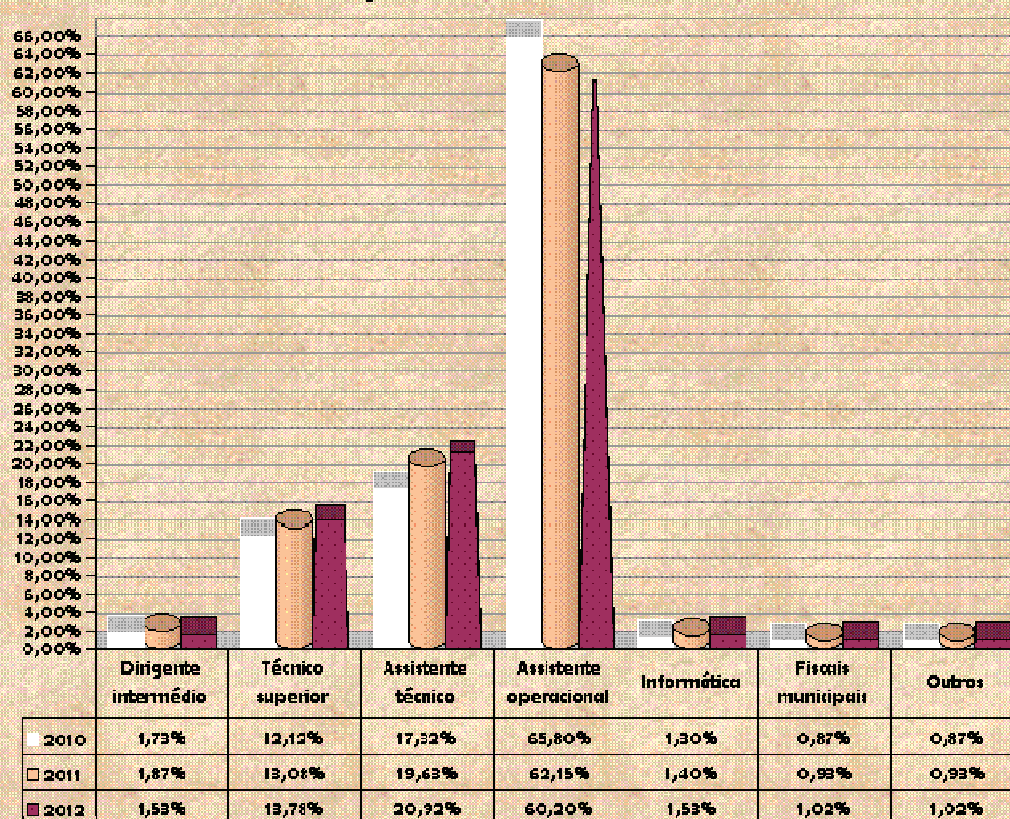


## 7.1.2.2. EVOLUÇÃO DE COLABORADORES POR CARREIRA

CATEGORIA	2010	2011	2012
DIRIGENTE INTERMÉDIO	4	4	3
TÉCNICO SUPERIOR	28	28	27
ASSISTENTE TÉCNICO	40	42	41
ASSISTENTE OPERACIONAL	152	133	118
INFORMÁTICA	3	3	3
FISCAIS MUNICIPAIS	2	2	2
OUTROS	2	2	2
<b>TOTAL</b>	<b>231</b>	<b>214</b>	<b>196</b>

<sup>6</sup> Na categoria outras situações integram-se os trabalhadores que se encontram em mobilidade e os nomeados politicamente.

Evolução por carreira 2010-2012



## 7.1.3. GRUPOS ETÁRIOS E SEXO

GRUPOS ETÁRIOS	SEXO	2009	2010	2011	2012
[0 – 29]	M	17	15	10	7
	F	19	9	11	6
[30 – 44]	M	42	39	34	26
	F	68	67	59	54
[45 – 59]	M	69	52	49	51
	F	29	32	34	35
MAIS DE 60 ANOS	M	5	14	13	16
	F	3	3	4	1
TOTAL	M	133	120	106	100
	F	119	111	108	96

8. INFORMAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O ESTIPULADO NOS ARTIGOS 15.º E 16.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, CONJUGADOS COM OS ARTIGOS 17.º E 18.º DO DL. N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO

Considerando o cumprimento do disposto no artigos 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos compromissos e Pagamentos em Atraso) conjugado com o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, irão ser apresentadas as declarações exigidas com referência a 31 de dezembro de 2012, as quais terão de ser enviadas à Câmara e Assembleia Municipal, assim como integradas no respetivo "relatório e contas".

Considerando o cumprimento do disposto no artigo 16.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos compromissos e Pagamentos em Atraso) conjugado com o artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, irão ser apresentados planos de liquidação dos pagamentos em atraso, para as entidades que ainda possuam pagamentos em atraso à data de 31 de dezembro de 2012, e não pagas após o termo do exercício.

9. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Nos primeiros meses do ano foram efetuados pagamentos a diversas entidades, cujas dívidas ainda se encontravam em atraso (mais 90 dias após data de vencimento com referência a 31 de dezembro).

Para além do exposto não se vislumbram outros factos relevantes, que possam vir a afetar as atividades do município no ano de 2013, tendo em conta a atividade desenvolvida em 2012.

BOMBARRAL, 1 DE MARÇO DE 2013

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOMBARRAL

(JOSÉ MANUEL VIEIRA)